

## Quem disse ?

«É uma violência que persistam pessoas sem casa, quando há milhares de casas fechadas, porque o mercado não compensa a sua utilização»

**Helena Roseta**  
Visão, 5 de Abril



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Ferro Rodrigues denuncia

### «Há demasiados preconceitos» contra as SCUT

«O que mais dói» ao PSD foi a «imaginação criadora» do PS de lançar o modelo de construção de novas auto-estradas sem pagamento de portagens pelos utilizadores.

Foi esta a constatação feita, dia 10, em Lisboa, pelo ministro do Equipamento Social.

Ferro Rodrigues falava na Comissão Parlamentar de economia e Finanças, na sequência de um requerimento do deputado do PCP Octávio Teixeira, mas em que os principais ataques ao modelo SCUT (auto-estradas sem custos para os utentes) estiveram especialmente a cargo da bancada laranja.

O titular da pasta do Equipamento defendeu que o modelo SCUT – com a concessão de redes de auto-estradas a grupos privados que projectam, constroem, exploram e conservam as vias durante 30 anos, pagando o Estado o equivalente às portagens – é o mais favorável ao País.

O governante desmentiu a existência de derrapagens e defendeu, contra as opiniões do PSD, que o modelo não significa desorçamentação e «dívida pública oculta» ou violação do Pacto de Estabilidade, assinado em Bruxelas.

Ferro Rodrigues recordou que com o modelo das SCUT, Portugal vai avançar em mais de dez anos em relação às datas previstas no Plano Rodoviário Nacional (PRN), com vantagens para o desenvolvimento económico e social do País e para o reforço da posição portuguesa como primeira porta atlântica da Europa. «Se não conseguirmos rapidamente construir as novas redes nas áreas dos transportes seremos substituídos na nossa função pelos espanhóis», alertou Ferro Rodrigues, sublinhando que «há demasiados preconceitos» contra o modelo SCUT, que «poderia ser uma área de consenso político».

## Guterres apresenta moção ao congresso

# PS UM FORTE APELO À RENOVAÇÃO



O secretário-geral do PS continuou esta semana o seu périplo pelo país para apresentar aos militantes a sua moção de estratégia ao congresso socialista. Numa ronda pelo Centro e Norte, Guterres evidenciou como grandes linhas de acção política, a criação de dois conselhos de ministros informais, vocacionados para as questões da competitividade e para os problemas de segurança. Aproveitando a sua presença no interior, o secretário-geral salientou a importância de haver uma grande articulação entre poder central, instituições regionais e poder local, como forma de ultrapassar a interioridade e promover o desenvolvimento.

Dirigindo-se directamente para o interior do Partido, Guterres salientou que «há um grande problema de renovação e de abertura no PS, que temos de ser capazes de responder no próximo congresso».

## Governo

### Fundos Estruturais Executivo dá luz verde a sistema de controlo do III QCA



O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, no passado dia 5, em Lisboa, o decreto-lei que regula o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) e das intervenções estruturais de iniciativa comunitária relativas a Portugal.

## Sociedade & País

### Sociedade Informação Investidos 8,7 milhões de contos



O investimento em projectos na área da Sociedade da Informação aprovados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia é já de 8,7 milhões de contos, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA).



## Guterres reforça aposta na formação

O secretário-geral do Partido Socialista esteve em Coimbra, Porto e Vila Real em sessões partidárias onde apresentou os traços gerais da sua moção estratégica ao próximo congresso e aproveitou para fazer um balanço da actividade política do Governo.

Guterres voltou a evidenciar as disparidades entre o litoral e o interior e apelou à congregação de esforços entre os diferentes níveis de poder para combater as assimetrias. Aproveitando a sua presença em Vila Real, Guterres exemplificou com as cidades de Bragança, Mirandela, Vila Real e Chaves, que têm de funcionar articuladamente e ter uma estratégia de desenvolvimento comum no sentido de aproveitar as suas complementaridades porque, salientou, «não vai ser possível fazer tudo em todo o lado, é por isso fundamental que as cidades trabalhem em rede».

«O nosso grande desafio é sermos capazes de vencer o atraso e reforçar a coesão, ou seja, garantir condições para que o interior recupere o atraso em relação ao litoral e, ao mesmo tempo, que o país recupere o atraso em relação ao exterior», sublinhou.

Segundo António Guterres o principal problema de Portugal é o seu atraso qualitativo em relação aos países mais evoluídos da Europa, defendendo como solução «a criação de uma economia e de uma sociedade do conhecimento e da informação».

Neste contexto a educação e a formação constituem-se numa aposta fundamental para combater o nosso atraso estrutural e como condição indispensável de igualdade e justiça. É a única forma de as desigualdades não se reproduzirem de geração em geração e de investir num futuro de maior equidade e produtividade na vida económica. Esta é e continuará a ser a nossa paixão. Uma paixão que não admite adultério e cujos resultados são já a prova da sua autenticidade, afirmou o secretário-geral do PS.

Referindo-se à produtividade média das empresas nacionais, que é metade da média europeia, à qualidade da Administração Pública, que é muito inferior às exigências que decorrem nas sociedades mais modernas, à saúde deficiente e à burocracia. Guterres acrescentou que é necessário «conseguir qualificar as pessoas, dar competitividade às pessoas, dar competitividade institucional no sentido de reformar a Administração Pública e organizar o território de uma forma mais eficaz para a economia e para a coesão nacional». Por isso referiu a criação de um conjunto de investimentos públicos organizados e orientados para o interior e a eleição de Espanha como nosso grande objectivo de mercado para as exportações da indústria e dos produtos portugueses oferecendo, assim, uma nova oportunidade para as regiões do interior.



## JUNTOS VAMOS CONSEGUIR

«Juntos vamos conseguir» titulava o «Acção Socialista» na sua primeira página, destacando a intervenção de Mário Soares no grande comício realizado no Pavilhão dos Desportos já em plena campanha eleitoral para legislativas de 25 de Abril.

O que está em jogo nas próximas eleições é a escolha entre duas políticas, entre o passado e o futuro, entre a esquerda e a direita, afirmava Mário Soares que aproveitava o tribuna para criticar duramente a AD pela situação política e económica em que tinham deixado o País. O programa televisivo de Júlio Isidro, «Festa é Festa» é suspenso devido ao seu apresentador ter participado num tempo de antena do PS. Esta atitude foi considerada pela direcção do Partido como «um acto do maior sectarismo que não tem precedente na televisão portuguesa».

Destaque, ainda, nesta edição para o relato dos trabalhos da Internacional Socialista que tinham decorrido entre 7 e 10 de Abril no Algarve, em Montechoro e que ficaram manchados pelo assassinato do representante da OLP Isam Sartawi.

14 de Abril

Quem disse?

«A nossa voz é hoje ouvida e respeitada em todo o mundo»

Mário Soares, XVI Congresso IS



## Casamento Guterres e Catarina Vaz Pinto

O primeiro-ministro, António Guterres, e Catarina Vaz Pinto casaram, no dia 9, numa cerimónia católica celebrada na capela de Santo Amaro, em Lisboa.

A cerimónia de casamento, realizada pelas ao meio-dia da passada segunda-feira, foi co-celebrada pelos padres Vítor Melícias (amigo do noivo) e Vaz Pinto (tio da noiva). Quatro instrumentistas acompanharam com música.

O padre Vaz Pinto, em declarações aos jornalistas, congratulou-se por não ter havido qualquer interferência da Comunicação Social na celebração do casamento e apenas adiantou que a lua-de-mel será passada no estrangeiro (Rabat, Marrocos).

«Eu não estive no casamento do primeiro-ministro, celebri o casamento da Catarina e do António, que fizeram muito bem em não querer misturar a vida privada com a política», adiantou o sacerdote aos jornalistas.

Catarina Vaz Pinto, 40 anos, nasceu a 15 de Junho de 1960. Integrou o Governo



socialista como secretária de Estado da Cultura até Julho do ano passado.

António Guterres completa 52 anos no próximo dia 30.

A cerimónia religiosa foi seguida de um almoço para os convidados, na Estufa Real, na Ajuda, com a presença de 30 adultos e cinco crianças.

A equipa do «Acção Socialista» deseja ao camarada Guterres e esposa as maiores felicidades.

## Sessão de poesia e fados Artistas suecos homenageiam Manuel Alegre

A Câmara e a associação de artistas de Malmö (Suécia) promoveram, no dia 11, uma sessão de fados, iniciativa integrada no ciclo de homenagens desta cidade a Manuel Alegre e à cultura portuguesa.

O concerto decorreu numa das mais importantes salas de espectáculos de Malmö – a «Jericó» – e contará com as presenças dos fadistas João Braga, Maria Ana Bobone, e dos guitarristas Joel Pina, Jaime Santos e José Luís Nobre Costa.

O vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre afirmou que esta foi a primeira sessão de fados realizada em Malmö.

Antes do concerto, Manuel Alegre e os fadistas portugueses foram recebidos pelo presidente da câmara da cidade.

O momento alto destes ciclo de actividades dedicada à cultura portuguesa, que tem o apoio do Instituto Camões, aconteceu na terça-feira, durante uma homenagem que o Café Literário de Malmö prestou à poesia de Manuel Alegre.

Além do vice-presidente da Assembleia da República, participaram na sessão o poeta sueco Lasse Soderberg e a reitora da Universidade de Lund – uma das mais prestigiadas instituições suecas.

## Ciência & Tecnologia Três «engenhocas» portuguesas premiadas em Genebra

Os três protótipos de inventos portugueses que estiveram no XX Salão Internacional de Genebra foram distinguidos com uma medalha de ouro e duas de prata.

A medalha de ouro foi para uma unidade geradora de energia eléctrica, com diversas concepções inovadoras no aproveitamento da energia de ondas marítimas, segundo disse, no dia 7, o presidente da Associação Portuguesa de Criatividade, Camilo Rodrigues.

Uma medalha de prata foi atribuída a um dispositivo electrónico para medição e temporização de líquidos, nomeadamente de urinas de transplantados, por forma a

uma medição mais rigorosa e eficaz assim como reduzir o peso de intervenção manual dos enfermeiros, da autoria de António de Almeida Matias (enfermeiro).

Outra medalha de prata foi para um sistema electrónico de emissão de sinais através de accionamento das luzes intermitentes de veículo, que seriam recebidos por veículos equipados com o mesmo sistema, num raio de acção e direccionalidade previamente determinados, e que poderiam ser complementados nas auto-estradas utilizando como condutores as barreiras de protecção, de autoria do técnico de electrónica Helder da Silva.

## UM FORTE APELO À RENOVAÇÃO DO PS

**O secretário-geral do PS continuou esta semana o seu périplo pelo país para apresentar aos militantes a sua moção de estratégia ao congresso socialista. Numa ronda pelo Centro e Norte, Guterres evidenciou como grandes linhas de acção política, a criação de dois conselhos de ministros informais, vocacionados para as questões da competitividade e para os problemas de segurança. Aproveitando a sua presença no interior, o secretário-geral salientou a importância de haver uma grande articulação entre poder central, instituições regionais e poder local, como forma de ultrapassar a interioridade e promover o desenvolvimento. Dirigindo-se directamente para o interior do Partido, Guterres salientou que «há um grande problema de renovação e de abertura no PS, que temos de ser capazes de responder no próximo congresso».**



progresso solidamente ancorado na compreensão dos conflitos e das diferenças e da respectiva regulação, bem como da importância da coesão social e da estabilidade.

Falando de renovação o secretário-geral sensibilizou as bases para a necessidade urgente de rejuvenescimento dos órgãos dirigentes do partido, indo mesmo ao ponto de garantir que se irá bater por isso, não apenas ao nível dos órgãos de direcção partidária, mas também no âmbito das suas funções governativas.

«Aconteceu em Portugal uma coisa quase inédita na Europa: uma revolução onde os que estavam no poder foram varridos. Naturalmente, a geração seguinte ocupou os órgãos de responsabilidade. Éramos novos na altura. Hoje, 25 anos depois, cá estamos todos na mesma. Temos de aproveitar os nossos jovens para lhes dar responsabilidades ao mais alto nível partidário e governativo», afirmou Guterres, exemplificando com a nomeação de Paulo Pedroso, de 34 anos, para ministro do Trabalho.

### Cabem todos aqui

Na sua insistência sobre a necessidade de renovação dos cargos políticos, Guterres foi mesmo ao ponto de pedir aos dirigentes das concelhias do PS para que coloquem mais jovens nas listas concorrentes às eleições autárquicas de Dezembro.

Isto não significa, salientou o secretário-geral do PS, «pegar em todos os que têm mais de 50 anos (o que, lembrou, é o seu caso) e mandá-los para casa», mas sim cruzar experiências entre as várias gerações.

Reafirmando a necessidade do PS se abrir ao exterior e se renovar no interior, António Guterres, que falava perante cerca de mil militantes na sessão de apresentação para a região de Entre Douro e Minho tranquilizou os militantes do PS mais idosos com a ideia de que a renovação não os prejudicará, adiantando o seguinte: «Cabem todos aqui».

António Guterres lançou ainda outro apelo às bases socialistas, no sentido de que «não se deixem distrair por problemas menores», conflitos «do senhor A contra o B e do A contra o C», condenando, depois, a imagem

que passa para o cidadão comum, de que a política «está cheia de pequenas questões».

### Conselhos de ministros informais

Guterres aproveitou o contacto com os militantes para falar também de política nacional. Como grandes linhas de acção política, Guterres referiu a criação de dois conselhos de ministros informais, vocacionados para as questões da competitividade e para os problemas de segurança, estes últimos entendidos numa perspectiva global de combate ao crime, de preservação do ambiente e da qualidade alimentar.

«Há um novo valor da segurança, transversal a toda a sociedade.» Este abrange naturalmente a visão tradicional da segurança física das pessoas e bens.

Mas a segurança é muito mais do que isto, exigindo do Estado um novo conjunto de funções e uma nova capacidade de intervenção. Tão importante como a segurança física são, por exemplo, a segurança alimentar, a segurança ambiental ou a segurança das infra-estruturas. Esta visão de conjunto não anula, no entanto, a prioridade no combate ao crime, associada à prevenção das respectivas causas.

Para António Guterres existe hoje, em Portugal, um «sentimento difuso de insegurança e de incerteza», mas defendeu que tragédias como a de Castelo de Paiva não devem desviar a trajectória de modernização de Portugal.

«Seríamos autistas se não reconhecêssemos que há um sentimento difuso de insegurança e de incerteza quanto ao futuro do país e à sua estratégia. É nosso dever mostrar ao país, não só em palavras, mas também em actos, qual a nossa estratégia», afirmou. Respondendo aos que afirmam que «é muito bonito falar em modernizar quando cai uma ponte» e que se deve tratar disso primeiro e depois do resto, o líder do PS foi peremptório: «nada de mais errado».

«As duas vertentes têm de avançar ao mesmo tempo: a modernização e a necessidade de dar maior segurança aos portugueses, combatendo o crime, doenças animais como a BSE, a poluição industrial e o mau estado das infra-estruturas», afirmou Guterres.

Como contrastes existentes no país – e que disse que irão merecer a prioridade da acção governativa –, António Guterres referiu a existência de meios de tecnologia de ponta em alguns sectores da sociedade portuguesa, enquanto que permanecem carências e uma administração pública burocrática e, por vezes, impeditiva do desenvolvimento das empresas.

### Temos obra feita

O secretário-geral do Partido Socialista avançou com «quatro grandes indicadores» do «atraso qualitativo, não numérico, de Portugal em relação aos países mais

evoluídos».

Antes de mais, «a qualificação das pessoas», já que só 22 por cento dos portugueses com mais de 25 anos completaram o ensino secundário ou o superior, mas também a produtividade média das empresas, «abaixo de metade da média europeia».

A qualidade da Administração Pública, «muito inferior à dos países mais evoluídos», é outra das áreas onde, segundo o líder do PS, é necessário intervir, a par com a organização do próprio território, «muito atrasada, lesando as pessoas e criando problemas de competitividade por falta de infra-estruturas básicas capazes de transformar Portugal na plataforma atlântica da Europa».

Por isso Guterres aposta fundamentalmente na educação, na formação e no emprego como modo inequívoco de contrariar o fatalismo do atraso.

Neste contexto, António Guterres salienta que o PS conseguiu já, nos cinco anos e meio de governação que tem, imprimir ao país várias marcas próprias, desde a instauração de «uma cultura democrática face a liques de autoritarismo» à assunção de «preocupações sociais em vez da anterior prática tecnocrática», passando pela educação e pela compra de casa por mais de 700 mil portugueses em cinco anos. Temos obra feita, da educação pré-escolar ao ensino superior, passando pela valorização do ensino secundário e pelo reforço do ensino básico, nomeadamente através da adopção do sistema de avaliação aferida para todos, ou pela educação de adultos, numa experiência pioneira. A qualidade e o rigor são as marcas que estamos a introduzir - com uma preocupação essencial de combate à exclusão.

A aposta na educação e na formação é condição indispensável de igualdade e justiça. É a única forma de as desigualdades não se reproduzirem de geração em geração e de investir num futuro de maior equidade e produtividade na vida económica. Esta é e continuará a ser a nossa paixão. Uma paixão que não admite adultério e cujos resultados são já a prova da sua autenticidade.

Chegámos aos cem por cento de taxa de escolarização nos doze e nos quinze anos de idade, o que ainda não tinha sido atingido em 1995, criámos trinta e cinco mil lugares para crianças nos jardins de infância, apostámos nos cursos de educação-formação e nas componentes profissionais, tecnológicas e artísticas do secundário, no sistema nacional de avaliação do ensino superior e na sua organização e ordenamento.

Por isso, salienta, o nosso grande desafio é sermos capazes de vencer o atraso e reforçar a coesão, ou seja, garantir condições para que o interior recupere o atraso em relação ao litoral e, ao mesmo tempo, que o país recupere o atraso em relação ao exterior.

O secretário-geral do Partido Socialista, António Guterres esteve esta semana em Coimbra, Porto e Vila Real onde se reuniu com militantes para apresentar e debater a sua moção de estratégia ao próximo congresso. Este périplo começou em Coimbra dia 6, onde o secretário-geral do PS acusou o PSD de defender perspectivas macroeconómicas para o país com mais de dez anos fora do prazo de validade, enquanto que o PCP foi encarado como um partido passadista e o CDS-PP como populista. É opinião generalizada que a oposição, nomeadamente o seu maior partido, a única estratégia que tem é dizer mal, dizer mal, sem apresentar nada de construtivo. Não é da oposição que vem o maior perigo, pois o nosso êxito ou o inêxito está nas nossas mãos.

Por isso acrescentou, face a uma oposição que não apresenta alternativas novas, «é na regeneração do PS que está a solução do futuro» do país. Só o PS está em condições de promover as reformas necessárias a um desenvolvimento harmonioso e sustentado. Conforme refere na sua moção, Guterres aposta num espírito reformista baseado na definição de objectivos ambiciosos de emancipação, de justiça e de solidariedade, através de mudanças gradualistas baseadas no primado das pessoas e da ligação permanente entre liberdade e responsabilidade, igualdade e diferença, emancipação e solidariedade.

Apostamos nas novas gerações, numa nova mentalidade e numa nova atitude perante o presente e o futuro, numa cultura de maior responsabilidade e exigência. A educação, a ciência, a cultura, as tecnologias ao serviço da pessoa humana, o espírito de risco constituem factores essenciais para um



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Luta contra violência doméstica é imperativo ético**

A luta contra a violência doméstica é um imperativo ético que deve comprometer Governo, autarquias e toda a sociedade civil, alertou, no dia 6, no Porto, o ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira.

O governante falava após conhecer os números relativos à violência doméstica em 2000, crime que salientou continuar a ser «uma realidade envergonhada».

De acordo com o relatório divulgado na passada sexta-feira, registaram-se 11.765 crimes de violência doméstica em 2000.

O ministro destacou o facto de 3,3 por cento do número global da criminalidade se reportar à violência doméstica, afirmando tratar-se de uma percentagem «triste».

Para Severiano Teixeira, importa agora «olhar para além do momento da queixa, para o momento depois».

«Não é pois, exclusivamente, no atendimento que é preciso pôr o acento tónico, mas no acompanhamento às vítimas», disse.

Considerando a luta contra a violência doméstica «uma questão de cultura, de educação e de justiça», Severiano Teixeira referiu que o aumento do número de casos registados deve ser interpretado de forma positiva, porque «a participação significa uma maior confiança» nas forças de segurança.



CULTURA

**Ministro elogia parcerias Estado/Igreja em prol do património**

O ministro da Cultura, José Sasportes, frisou, no dia 6, em Beja, o empenhamento do Governo na promoção e valorização do património histórico do País e destacou as parcerias existentes nesse campo entre o Estado e a Igreja.

«Há actualmente uma grande parceria entre os institutos do Ministério da Cultura e várias dioceses do País, não só ao nível da experiência acumulada, na participação na Rede Nacional dos Museus, mas também numa leitura comum da nova Lei do Património», afirmou.

José Sasportes falava na Pousada de S. Francisco, durante a assinatura de um protocolo entre o Programa Operacional da Cultura (POC) e o Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja.

O acordo visa a promoção dos santuários de peregrinação do Baixo Alentejo através de um projecto denominado «Terras sem Sombra», que será desenvolvido nos próximos três anos e está orçado em 297 mil contos (222 mil dos quais comparticipados por fundos comunitários e o restante a nível nacional).

Garantindo que a área do património e dos museus representa «metade das verbas totais» inscritas no Orçamento de Estado para a Cultura e no POC, o ministro considerou o protocolo assinado com a Diocese de Beja como sendo «pioneiro» e um «exemplo».

«O Governo está empenhado em contribuir para a valorização do património histórico e artístico, incluindo o religioso, bem como para a sua recuperação e inventário», acrescentou.



AGRICULTURA

**Ministro contraria inspecção sobre febre aftosa**

O ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas contestou, no dia 5, que Portugal tenha deficiências no combate à febre aftosa, lembrando que a Comissão Europeia considerou recentemente que o sistema de controlo adoptado no País é eficiente.

A Comissão Europeia divulgou na passada quinta-feira as conclusões de uma inspecção realizada pelo Serviço Veterinário e Alimentar no final do ano passado, onde refere que Portugal regista largas deficiências na aplicação das medidas da União Europeia para enfrentar o aparecimento de focos de febre aftosa e da peste suína clássica.

Face a esta inspecção, o ministro Capoulas Santos recordou que o sistema de controlo da doença adoptado por Portugal foi considerado pela Comissão Europeia como eficaz. Capoulas Santos, que reagiu através de um porta-voz, lembrou também que muito recentemente propôs em Bruxelas, aos vários Estados-membros, medidas adicionais de autocontrolo para serem executadas por todos, mas a opinião que venceu foi a de que Portugal já tomara as medidas suficientes.

O ministro da Agricultura referiu igualmente que se a situação de Portugal é aquela que é relatada pela inspecção, então gostaria de ver os relatórios referentes aos Estados-membros que actualmente se confrontam com surtos de febre aftosa.



DEFESA

**Soldados mortos na Índia no Monumento aos Combatentes**

O ministro da Defesa presidiu, no dia 8, à cerimónia do Dia Nacional do Combatente, que foi marcada pela inscrição dos nomes dos 25 militares portugueses mortos na Índia no Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, Lisboa. Até agora, entre os cerca de 9200 nomes de soldados mortos no antigo Ultramar, apenas constavam os militares que haviam falecido nas antigas províncias ultramarinas da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Timor-Leste.

Com a decisão de acrescentar os nomes dos militares mortos em Goa, durante a invasão pelas tropas da União Indiana, em Dezembro de 1961, pretendeu-se virar uma página da História e equiparar, em termos de homenagem por parte do Estado Português, todos os soldados que morreram nas guerras do Ultramar.

Entre as centenas de ex-combatentes que assistiram à cerimónia junto do Forte do Bom Sucesso, em Belém-Pedrouços, os soldados que combateram em Goa – e que foram feitos prisioneiros pelas forças da União Indiana – contavam-se entre aqueles que demonstravam maior emoção.



CONSUMO

**Novo conceito de segurança alimentar corporizado em agência**

A criação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar insere-se no novo conceito integrado de segurança, pioneiro na Europa.

O Ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins anunciou, no dia 9, na cerimónia de tomada de posse do inspector-geral das Actividades Económicas, no Ministério da Economia, que já em 2001 operará-se a criação da agência, agora em fase de instalação – havendo o reforço das condições de confiança dos consumidores, uma vez que passa a haver maior coordenação entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura – recorrendo-se a quem tem experiência nesses departamentos.

A questão alimentar constitui sem sombra de dúvida umas das principais preocupações dos portugueses.

O Governo definiu como objectivo alcançar a garantia de elevados padrões de segurança e qualidade dos alimentos, que permitam proteger e promover a saúde dos consumidores.

A criação da agência – cuja lei orgânica, segundo o secretário de Estado do Consumo, Acácio Barreiros, deverá estar concluída até final deste ano –, envolve também a mobilização de uma elevada capacidades científica e meios reforçados de controle e fiscalização em toda a cadeia alimentar, desde da produção ao consumo.



ECONOMIA

**Gás e electricidade com polícia energética comum**

Os sectores da electricidade e do gás terão uma entidade reguladora comum, de acordo com a minuta do diploma do ministério da Economia que irá a conselho de ministros «tão rápido quanto possível».

Segundo o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, Vítor Santos, «estão a concentrar-se esforços para proceder rapidamente à análise do documento», de forma a que, «tão rápido quanto possível, seja apresentada ao conselho de ministros a versão do projecto».

«É nossa intenção proceder a uma discussão pública mais alargada dentro em breve», referiu o governante, durante a sessão de encerramento do seminário «A regulação da electricidade e do gás», realizado, dia 6, em Coimbra.

Vítor Santos afirmou que «a opção por uma entidade comum para os dois sectores não só está em linha com o que se tem verificado em diversos países europeus, como permite uma visão e regulação conjunta e ordenada dos dois sectores, que é aconselhável face às fortes ligações existentes».

O surgimento de uma entidade reguladora comum ao sector do gás natural e da electricidade exige, «desde logo, a definição da partilha das funções entre o Governo, a autoridade administrativa directa (d direcção geral de Energia) e a autoridade independente», afirmou, realçando ser «imprescindível» que as fronteiras fiquem bem definidas para evitar situações de sobreposição de actuação.

EDUCAÇÃO

**Jornalismo académico deve dar o exemplo**

A Imprensa do Ensino Superior deve valorizar a função da informação e a ética, respeitando as regras e a técnica do jornalismo, afirmou, no dia 7, no Porto, o ministro da Educação, Augusto Santos Silva.

O governante falava sábado de manhã, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, durante a cerimónia oficial de abertura do IV Encontro Nacional de Imprensa do Ensino Superior (Enies).

Para Santos Silva, é importante que as instituições do Ensino Superior deem «o melhor dos exemplos no respeito integral pelas regras estritas do jornalismo». Apontou, nomeadamente, a importância em distinguir opinião e facto e a recusa à manipulação e ao simplismo.

«É preciso que alguém diga que os efeitos da manipulação em cascata têm que ser recusados», salientou, acrescentando ser fundamental «consultar diversas fontes».

Na opinião do ministro, o jornalismo académico deve promover mais a importância do Ensino Superior como espaço público, assim como deve ser usado para a própria promoção do Ensino Superior.

Usar a Imprensa – explicou – por forma a «prezar e defender o Ensino Superior e mostrar, também, os resultados que este tem e o valor que acrescenta à nossa sociedade».

«Utilizar a Imprensa académica para a qualificação cultural» foi outro dos «desafios» que Santos Silva deixou a todos os estudantes presentes na cerimónia.

«Temos várias centenas de milhares de pessoas – docentes, alunos e funcionários – que trabalham em escolas do Ensino Superior e é preciso que essas pessoas assumam responsabilidade do ponto de vista da cultura», salientou.

Utilizando a cultura, considerou, «evitamos que se fique preso à mediocridade ou vulgaridade».



habitantes de um aglomerado populacional), incapacidade e mortalidade em Portugal. «Se não forem alterados certos estilos de vida dos cidadãos, corre-se o risco de as doenças cardiovasculares se tornarem num problema de saúde pública em Portugal», disse a ministra da Saúde.

Manuela Arcanjo sublinhou que o seu ministério «aposta fortemente» na prevenção e na educação para a saúde, daí ter criado a referida linha de financiamento destinada aos projectos educacionais, aos quais podem concorrer «todos os parceiros institucionais» da área da saúde.

«Queremos que, cada vez mais, que o Ministério da Saúde não seja somente o ministério da doença, mas também o da prevenção e da promoção da saúde», disse a ministra, que apelou a todos para colaborarem neste «grande esforço», que apelidou de «um dos eixos da reforma para o sector».

TURISMO

**Formação profissional é estratégia prioritária**

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, garantiu, no dia 6, em Portimão, que a formação profissional constitui um dos principais vectores da estratégia governamental para a actividade turística, tendo em vista a dignificação dos trabalhadores do sector. Falando no decurso de apresentação das obras de remodelação e ampliação das instalações do Núcleo Escolar de Portimão da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, Vítor Neto sublinhou que para um turismo de qualidade é fundamental a existência de trabalhadores qualificados e adequadamente remunerados.

Para o governante, o sector é caracterizado de uma forma negativa porque «cerca de 37 por cento dos trabalhadores do sector turístico constituem mão-de-obra não qualificada ou então semi-qualificada, tendo 42 por cento dos trabalhadores apenas o primeiro ciclo do ensino básico».

Segundo Vítor Neto, apenas 2 por cento dos trabalhadores do sector do turismo possuem cursos superiores, existindo um altíssimo índice de rotatividade de trabalhadores, estando cerca de 36 por cento dos funcionários há menos de um ano na empresa.

Face a esta situação, sublinhou, o Governo desenvolveu um Plano Nacional de Formação Turística, para os próximos seis anos (2000/2006), com um financiamento da ordem dos 45 milhões de contos, sendo o Instituto Nacional de Formação Turística (INFT) o organismo que promove e coordena a formação profissional do sector.



PRESIDÊNCIA CM

**Em defesa de uma política de família progressista**

O ministro da Presidência negou, no dia 7, que o Governo esteja a ceder às teses conservadoras sobre política da família, sublinhando que o seu programa continua a ser progressista e baseado no respeito pelas diferenças.

Esta declaração de Guilherme d'Oliveira Martins à Imprensa destinou-se a responder às acusações do PSD, segundo as quais o Executivo tem revelado incoerência em matéria de política de família, mas também, indirectamente, às críticas de certos sectores do PS perante a decisão da bancada socialista no sentido de viabilizar o projecto de lei de bases da família do CDS-PP.

«Recusamos qualquer conceito conservador e organicista da família tradicional», afirmou o ministro da Presidência, para quem «o Governo e o PS irão trabalhar estreitamente para a concretização em lei dos seus princípios», tendo em vista garantir «um real apoio às famílias, aos jovens, às crianças e à terceira idade, numa lógica de parceiros sociais, de subsidiariedade e respeito pelas diferenças».

«Queremos centrar no apoio à família o essencial da inserção social das pessoas», acrescentou o governante.

Numa segunda nota de demarcação em relação a posições de correntes neoliberais, Guilherme d'Oliveira Martins afirmou que a tarefa do Governo tem como objectivo «compatibilizar o individualismo democrático, a solidariedade e a coesão social».



SAÚDE

**Ministério aposta na prevenção de doenças cardiovasculares**

O Ministério da Saúde vai disponibilizar 150 mil contos para subsidiar projectos educacionais no âmbito da prevenção das doenças cardiovasculares.

Segundo anúncio, no dia 8, a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, que falava em Vilamoura, na sessão inaugural do XXII Congresso Português de Cardiologia, os projectos destinam-se a toda a população, com especial incidência nas camadas mais jovens, pessoas de meia idade e idosos.

É que, conforme recordou Manuela Arcanjo, as doenças cardiovasculares estão entre as primeiras causas de morbilidade (relação entre os casos de moléstia e o número de



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 5 de Abril

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que regula o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e das intervenções estruturais de iniciativa comunitária relativas a Portugal;
- Um decreto-lei que aprova a Segunda fase do processo de reprivatização do capital social da Portucel – Empresa Produtora de Pasta de Papel;
- Uma resolução que aliena, por concurso público, um lote indivisível de acções nominativas do capital social da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA e aprova o respectivo Caderno de Encargos;
- Uma proposta de lei que aprova a terceira alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto (Conselho Económico e Social);
- Um diploma que permite que os docentes transferidos ao abrigo do artigo 27º do decreto-lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro possam ser opositores à segunda parte do concurso de colocação de professores;
- Um decreto-lei que cria o Instituto de Gestão Financeira da Saúde e o Instituto dos Sistemas de Informação da Saúde e aprova os respectivos estatutos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a lei orgânica do Centro de Estudos e Formação Autónoma;
- Uma resolução que cria a Estrutura de Projecto para a preparação e exercício da Presidência Portuguesa da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), no período de 2001 a 2003;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Castelo de Paiva.

## EXECUTIVO DÁ LUZ VERDE A SISTEMA DE CONTROLO DO III QCA

O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, no passado dia 5, em Lisboa, o decreto-lei que regula o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) e das intervenções estruturais de iniciativa comunitária relativas a Portugal.

Nos termos do artigo 42.º do decreto-lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, diploma que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do III QCA e das intervenções estruturais de iniciativa comunitária relativas a Portugal, foi instituído um Sistema Nacional de Controlo III do QCA, constituído por órgãos que exercerão de forma articulada o controlo a três níveis.

O referido sistema, sustentado, designadamente, que confere aos Estados-membros, sem prejuízo da responsabilidade da Comissão Europeia e dos mecanismos de cooperação a instituir, a primeira responsabilidade pelo controlo financeiro das intervenções, carece, segundo o Executivo, de desenvolvimento em virtude da aprovação do Regulamento comunitário n.º 438/2001 que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho, no que respeita aos sistemas de gestão e de controlo das intervenções no quadro dos fundos estruturais.

Adiante-se que a composição e o



funcionamento do designado Sistema Nacional de Controlo do III QCA deverão ser comunicados à Comissão Europeia num prazo máximo de três meses após a entrada em vigor deste.

Este novo enquadramento regulamentar vem justificar a necessidade de regular o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo (SNC), em consonância com a estrutura orgânica aprovada pelo referido decreto-lei e complementada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 20 de Abril, que definiu as estruturas de gestão das intervenções operacionais do III QCA. Assim, o funcionamento do SNC subordina-se, nos termos do diploma, aos seguintes princípios:

- Coordenação global, pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), da execução dos controlos;

- Promoção de acções de articulação entre as diferentes entidades com responsabilidades nos diversos níveis de controlo do SNC, garantindo a eficiência e a eficácia do Sistema;

- Garantia da boa gestão financeira na utilização dos Fundos estruturais disponibilizados através do III QCA.

O controlo, a exercer relativamente à execução das intervenções operacionais, tem como objectivos verificar se os projectos ou acções financiados foram empreendidos de forma correcta, prevenir e combater as irregularidades, recuperar os fundos perdidos na sequência de abuso ou negligência, por forma a assegurar a realidade, a regularidade e a legalidade das operações subjacentes.

### Controlo a três níveis

O diploma define três níveis de controlo. O primeiro abrange as acções de natureza concomitante e/ou à posteriori das candidaturas, projectos ou acções co-financiadas, nas suas componentes material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógica, ou seja, a verificação física e financeira, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e

documentos de despesa.

A responsabilidade deste nível de controlo recai sobre os gestores das intervenções operacionais em causa, que também assegurarão o respeito pela separação de funções relativamente às restantes tarefas associadas à gestão da respectiva intervenção e aos pagamentos processados no seu âmbito;

A coordenação do controlo de segundo nível é da responsabilidade da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, nas acções financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, nas acções financiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE) e da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nas acções financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola-Secção Orientação (FEOGA-O) e pelo Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP).

Finalmente, o controlo de alto nível compete à IGF e compreende a comunicação, à Comissão Europeia, das irregularidades detectadas e, até 30 de Junho de cada ano, dos desenvolvimentos registados na aplicação em Portugal do Regulamento n.º 438/2001, da Comissão, bem como a emissão da declaração no encerramento das diversas formas de intervenção.

## INCENTIVAR EMPRESAS A OBTER CERTIFICADO AMBIENTAL EUROPEU

O Ministério do Ambiente, em colaboração com o da Economia, pretende criar um programa de apoio financeiro e técnico que incentive as empresas a candidatarem-se à certificação europeia ambiental, anunciou, no dia 5, José Sócrates.

O governante visitou quinta-feira a empresa Celulose da Beira Industrial (CELBI), em Leirosa, Figueira da Foz, e congratulou-se por ser a segunda do país a receber a importante certificação europeia, denominada Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria.

A Central do Pêgo, no sector da produção de energia eléctrica, foi a primeira unidade de Portugal a receber esta certificação que – explicou aos jornalistas – «é um sistema recente, muito exigente, talvez o mais exigente de todos os existentes na Europa».

Segundo José Sócrates, «é um objectivo da política ambiental incentivar todas as unidades fabris a procurarem a certificação ambiental», mas admite que, muitas delas, não o vão conseguir.

«É um certificado difícil de obter: obriga a ter um sistema de vigilância, a estabelecer objectivos muito exigentes que vão muito para além da legislação e que são examinados por um auditor ambiental independente credenciado pelo Ministério do Ambiente, que irá fazer a avaliação», explicou.

Em Portugal existem muitas empresas que já têm outros certificados, nomeadamente das normas ISO, mas o Governo quer «incentivar ainda mais a certificação ambiental e que os industriais percebam que têm uma vantagem competitiva na produtividade e eficiência».

«É por isso que queremos definir, com as organizações do sector, uma programa para apoiar e ajudar, em termos financeiros e técnicos, a certificação europeia ambiental», referiu José Sócrates.

Actualmente, as empresas têm já um incentivo, a majoração de cinco por cento nos subsídios aos seus investimentos, mas o Governo quer ir «mais além», promovendo um «movimento de certificação ambiental da indústria em Portugal».

«Julgo que temos os meios para o fazer. Temos meios financeiros, bons engenheiros, bons empresários, capazes de fazer estes caminhos e rapidamente. É apenas preciso vontade política», realçou. De acordo com o governante, há já outras unidades fabris «em domínios críticos» que estão a preparar as suas candidaturas para

a certificação europeia ambiental, nomeadamente no sector da energia eléctrica, do papel, indústrias químicas e cimenteiras, «onde os esforços de melhoria ambiental são mais necessários».

Na sua perspectiva, «já lá vai o tempo em que o Ministério do Ambiente apenas desejava que as empresas cumprissem a lei». Agora interessa «fazer acordos para incentivar melhores desempenhos ambientais, que são também ganhos de eficiência, ganhos de competitividade».

José Sócrates realçou que «aquilo que parecia um conflito inevitável, um divórcio total» entre o ambiente e a indústria, «é hoje uma ligação que espera muito uma da outra», uma vez que a política ambiental é agora encarada «como uma política ao serviço do desenvolvimento, que puxa pelo País e pela economia».

DEPUTADA ROSA MARIA ALBERNAZ

Associações de Mulheres

## IGUALDADE É CONDIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO



Duas iniciativas legislativas de esquerda (PCP e BE) foram a plenário parlamentar, no passado dia 29 de Março. Ambos diplomas visam uniformizar o estatuto jurídico

das associações mulheres, através da promoção da revogação das sucessivas, contraditórias e deficitárias leis existentes sobre este organismos.

A deputada socialista Rosa Maria Albernaz considerou urgente, por ocasião deste debate, renovar e sistematizar a legislação sobre a matéria, mas não deixou de frisar que os fins não justificam os meios.

Na opinião da parlamentar do PS, «a participação directa e activa na vida política deverá ser um princípio objectivo da organização do poder político e componente essencial do sistema constitucional-democrático».

Rosa Albernaz sublinhou que os governos do Partido Socialista conferiram grande importância à igualdade de oportunidades. «Desde 1995 que têm vindo a ser aprovados vários instrumentos legislativos e planos de acção no âmbito da igualdade de oportunidades, violência doméstica, maternidade e família que, devido à sua transversalidade, acolheram o princípio do *mainstreaming* e que visam o reforço e protecção dos direitos das mulheres», lembrou.



Na opinião da deputada do GP/PS, «o reforço do papel das associações de mulheres é mais um instrumento vital para a prossecução dessa participação», acrescentando, porém, que «neste domínio, é importante não implementar soluções que possam ser discriminatórias no âmbito do já adquirido no tecido associativo», daí que «as soluções designadamente no âmbito laboral devem ser devidamente ponderadas e avaliadas».

Face aos desafios que se colocam actualmente à sociedade portuguesa, Rosa Albernaz considerou que «uma política de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não constitui apenas um imperativo democrático, mas também uma condição essencial para o desenvolvimento de uma sociedade».

MARY RODRIGUES

GP/PS

Justiça internacional

## REVISÃO CONSTITUCIONAL EM DOIS PONTOS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou, no dia 5, o seu projecto de revisão constitucional, no qual constam o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) e a criação do espaço de liberdade, segurança e de justiça.

«Está em vista em tais alterações, a emergência de uma mais ampla tutela internacional dos direitos do homem, com a instituição de um tribunal penal internacional de carácter permanente que complemente as jurisdições nacionais no combate a alguns dos mais graves crimes que afectam a humanidade», refere a nota justificativa, aludindo ao TPI, instância que pode aplicar a pena de prisão perpétua, sanção que a Constituição portuguesa não prevê.

A mesma nota refere também outra alteração ao actual texto constitucional para acomodar necessidades «que decorrerão da construção do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, prometido à Europa no Tratado de Amesterdão».

Neste sentido, o GP/PS propõe que o artigo 7º da Constituição passe a ter como redacção: «Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica e social e de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, convencionar o



exercício em comum dos poderes necessários à construção da União Europeia».

Relativamente ao TPI, a bancada socialista propõe que à Constituição seja aditado um artigo, 289º-A, no qual se lê: «Portugal pode reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional instituído pelo Estatuto de Roma, de 18 de Julho de 1998, nas condições nele previstas».

PS e PSD já chegaram a acordo para rever a Constituição (dado que são necessários dois terços de votos para a aprovar) e o projecto laranja de revisão deverá introduzir a possibilidade de serem criados sindicatos de polícia, mas sem direito à greve, alteração que terá o aval socialista.

QUOTAS

PS e BE concordaram

## DIPLOMAS FICAM EM COMISSÃO SEM VOTAÇÃO

O Partido Socialista (PS) e o Bloco de Esquerda (BE) chegaram quarta-feira, dia 4, a acordo para baixar à comissão sem votação os seus diplomas sobre a lei das quotas, ficando o texto final a aguardar a reforma do sistema eleitoral.

A proposta, destinada a evitar que os dois diplomas discutidos a semana passada no parlamento fossem rejeitados na quinta-feira, partiu do ministro da Presidência.

Apesar de não admitir que o Governo poderá abdicar dos círculos uninominais na reforma do sistema eleitoral, Oliveira Martins deixou claro que «será muito difícil» a reforma avançar dada a diferença de interpretações entre o PS e o PSD sobre o assunto.

«A Constituição já consagra os círculos uninominais mas terão ainda de ser regulamentados e para isso é necessário o máximo consenso entre PS e PSD, o que é difícil», sublinhou o governante, que disse estar «plenamente convencido que vai haver paridade».

Com o adiamento da discussão da lei da paridade, também o PS ganha tempo para resolver as diferenças existentes na sua bancada, onde algumas vozes se levantaram contra a proposta que visa aumentar para 33 por cento a presença de mulheres nas listas eleitorais.

«Temos todo o tempo do mundo para estudar em especialidade os dois diplomas para atingirmos pelo caminho adequado o objectivo da paridade», disse, por outro lado, a vice-presidente da bancada socialista Maria de Belém Roseira, autora da proposta do Governo quando ainda era ministra para a Igualdade.

A deputada do PS disse ainda que a questão dos círculos uninominais ainda não foi discutida nem no seio do grupo parlamentar, nem da direcção da bancada.

Todos os outros partidos da oposição se manifestaram contra os projectos de paridade, por isso, para estes serem aprovados, PS e BE teriam de se entender.

CABINDA

GP/PS apresenta

## VOTO DE PROTESTO CONTRA DECISÃO DE ANGOLA

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) apresentou no dia 4 na Assembleia da República um voto de protesto contra a decisão das autoridades angolanas em forçar os jornalistas portugueses a abandonar o território de Cabinda.

No voto, subscrito pelo líder parlamentar socialista, Francisco Assis, e pelo deputado Barros Moura, manifesta-se o protesto pela situação e exprime-se solidariedade para com os profissionais de comunicação social «impedidos de exercer a sua actividade em Cabinda».

Os deputados socialistas consideram «indispensável» o levantamento do impedimento criado pelas autoridades de Angola ao exercício do direito de informar. O documento regista ainda a libertação do português Sérgio Fidalgo, após longos meses de cativeiro em Cabinda, e sublinha «a imperiosa necessidade de serem imediatamente libertados todos os outros reféns».



LISBOA

Internacional Socialista refere

## ABANDONO DE QUIOTO PELOS EUA É INACEITÁVEL

A Internacional Socialista (IS) lançou no dia 4 duras críticas aos Estados Unidos pela sua decisão de abandonar o protocolo de Quioto sobre alterações climáticas, considerando esta posição «abrupta e inaceitável».

Em comunicado, a organização presidida pelo camarada António Guterres acusa a Administração presidida por George W. Bush de ser «egoísta», injustificada e de frustrar expectativas em todo o mundo, sobretudo, depois de muitas negociações produtivas entre as diversas nações signatárias deste acordo concretizado no Japão.

No entanto, a IS garantiu que não ficará paralisada pela «infeliz» mudança da Administração de Washington e apelou a todos os outros países para subscreverem o protocolo de Quioto, assim como a todas as organizações não-governamentais, no sentido de fazerem o possível «para que as metas do acordo sejam concretizadas».

### Aquecimento global do planeta

No mesmo comunicado, a IS lembrou que o recente painel sobre alterações climáticas, promovido pelas Nações Unidas, concluiu que as alterações no clima estão a ocorrer mais rapidamente do que originalmente se pensou e, como tal,



os riscos de problemas ambientais provocados pelo aquecimento global do planeta são maiores.

«Washington alega razões económicas para rejeitar Quioto, mas os riscos de desastres previstos por cientistas em alterações climáticas é que poderão causar situações de ruína em muitas nações e prejuízos incalculáveis para a economia global», salientam os socialistas.

A IS lamentou ainda que os Estados Unidos da América tenham «optado pelo isolamento», precisamente «num momento em que um número crescente de cidadãos em todo o mundo estão a procura de uma liderança para assegurar que o planeta vai ser protegido para as futuras gerações».

EUA

Estudo revela

## CRESCIMENTO ECONÓMICO IGNOROU FAMÍLIAS COM MENORES RENDIMENTOS

Um estudo da Reserva Federal (Fed) norte-americana mostra que as famílias com menores rendimentos e as minorias étnicas são os grupos que menos beneficiaram das condições económicas favoráveis registadas em meados da década de 90. É o capitalismo «made in USA» no seu esplendor.

Alan Greenspan, presidente da Fed, revelou que este estudo mostra que entre 1995 e 1998 o rendimento das famílias norte-americanas cresceu, em média, cerca de 17,5 por cento.

No entanto, isto não é válido para famílias com rendimentos inferiores a 25 mil dólares, casos em o rendimento desceu, nem para os hispânicos e negros que mantiveram o nível de rendimentos médio. O presidente da FED, que falava durante uma conferência sobre os assuntos das comunidades norte-americanas subordinada ao tema «A Importância da

Educação na Economia Actual», defendeu que um dos desafios que se colocam quando se quer alargar as oportunidades a todos os cidadãos é ultrapassar a ansiedade criada pela inovação tecnológica.

Uma das respostas a este desafio está na evolução do sistema de educação para um sistema mais flexível que integra o trabalho e a formação, salientou Greenspan.

### Primado do lucro

O que, presume-se, Greenspan omitiu, foi que a principal causa está no modelo económico e social dos EUA gerador de desigualdades gritantes, numa sociedade marcada pelo primado do lucro, em que o Estado abdica de qualquer função reguladora na distribuição da riqueza ou em assegurar patamares mínimos de protecção social.

CHILE

Direitos humanos

## PINOCHET RI-SE DA JUSTIÇA E VAI ÀS COMPRAS

Os advogados dos queixosos no caso de Augusto Pinochet afirmaram, no dia 6, em Santiago do Chile, que o ditador se está a «rir da justiça» porque, enquanto esgrime com a sua falta de saúde para iludir as normas processuais, vai às compras num centro comercial.

O ex-ditador responsável por graves violações dos Direitos Humanos, esteve, no passado dia 5, durante 45 minutos, num centro comercial da capital chilena, onde foi comprar prendas para uma bisneta recém nascida.

«Esta circunstância demonstra como Pinochet se ri dos tribunais, como se ri do juiz e de todos os chilenos», afirmou o advogado Eduardo Contreras que, juntamente com outros queixosos, pediu aos magistrado Juan Guzmán para mandar abrir a ficha policial do arguido.

O juiz acedeu recentemente a um pedido dos médicos do ditador para adiar em 30 dias, até Maio, o cumprimento desta formalidade

obrigatória. Guzmán, que investiga mais de 250 queixas apresentadas contra o antigo chefe da Junta Militar (1973-1990), processou-o a 29 de Janeiro pela autoria de 57 homicídios e 18 sequestros qualificados (desaparecimentos), cometidos pela «Caravana da Morte».

A 14 de Março, o Tribunal de Recurso confinou os delitos a encobrimento e ordenou que Guzmán mandasse abrir a ficha policial do arguido, com fotografias de frente e perfil, e impressões digitais.

No passado dia 5, depois do magistrado adiar o trâmite, Pinochet foi às compras no centro comercial e, a seguir, à clínica onde nasceu a bisneta, para a visitar, segundo revelou a filha mais nova do ditador, Jacqueline.

«Uma pessoa que vai ao centro comercial, não sente tonturas, nem perde o equilíbrio e paga a conta, sem ajuda, com o seu cartão de crédito, está a fornecer a prova sensacional de que não está demente ou louco», afirmou o advogado Contreras.

GENEVBRA

Saúde

## OMS QUER FAVORECER PREÇOS BAIXOS NOS MEDICAMENTOS PARA OS POBRES

A Organização Mundial de Saúde (OMS) defende a aplicação de «preços diferenciados» para os tratamentos da sida e de outras graves doenças que afectam os países pobres, declarou um responsável da agência.

Jonathan Quick, director da OMS para os medicamentos essenciais, falando à imprensa em Genebra, evocou os objectivos de uma comissão de peritos convocada conjuntamente pela OMS e pela Organização Mundial de Comércio (OMC).

Estes especialistas serão provenientes de meios científicos, laboratórios farmacêuticos, fabricantes de genéricos, governos, organizações internacionais e ONG.

Uma das vertentes da reunião, que começou a ser preparada há 18 meses de colaboração entre a OMS e a OMC, será o tabelamento de preços mais baixos aos medicamentos, tendo em conta o poder de compra real das populações, que por vezes vivem com orçamentos de apenas um ou dois dólares por dia.

«É necessário permitir às empresas farmacêuticas a possibilidade de gerarem os recursos necessários para desenvolverem novos tratamentos», mas garantindo-lhes a oportunidade de protegerem as suas patentes, disse Quick.

Essa poderá vir a ser «solução para todos», se for conseguida uma diversificação

controlada de preços e evitar que o mercado paralelo de medicamentos a baixos preços chegue aos países ricos», considerou o funcionário da OMS.

Para permitir um acesso efectivo dos pobres a tratamentos possíveis, segundo a OMS, será indispensável dispor de quatro condições: «Um bom produto, preços comportáveis, financiamentos duráveis e sistemas de saúde seguros».

O acordo TRIPS protege as patentes durante 20 anos, mas um país signatário, em caso de urgência de saúde nacional, tem o direito, sob certas condições, de produzir ou importar genéricos.

Segundo especialistas próximos da Organização Mundial de Saúde, a via dos preços diferenciados deve ser a privilegiada, sendo desejável que os governos dos países desenvolvidos encorajem essa cedência através da concessão de incentivos às suas indústrias farmacêuticas.

Vários laboratórios detentores de licenças de tratamentos contra a sida propuseram importantes baixas de preços, nas últimas semanas, enquanto a produção de genéricos se desenvolve em países como o Brasil, Índia e África do Sul.

A OMS identificou 34 fornecedores de medicamentos e de diagnósticos anti-sida, 29 dos quais são provenientes da indústria de genéricos.



## BRUXELAS

## NOVAS REGRAS PARA O TRANSPORTE DE ANIMAIS

**A** Comissão Europeia fixou na segunda-feira, novas regras para melhorar as condições de transporte de animais a longa distância no espaço comunitário, depois de ter identificado nos Quinze falhas na legislação existente.

As novas normas, que serão apresentadas ao conselho de ministros, devem ser aplicadas nos veículos mais recentes a partir de Janeiro próximo.

Em Dezembro passado, Bruxelas divulgou um relatório que salientava a dificuldade de aplicação pelos Estados-membros da directiva que obriga à protecção dos animais durante o transporte.

Portugal não escapava às lacunas, identificadas com base em inspecções efectuadas, queixas de organizações e em relatórios do próprio país, nomeadamente no que respeitava ao cumprimento de regras



como a separação obrigatória dos animais, ventilação dos veículos, duração das viagens e o seu planeamento.

As regras agora adoptadas por Bruxelas destinam-se a melhorar o transporte a longa

distância (mais de oito horas de viagem) dos cavalos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos, através de novas normas para ventilação, temperatura e humidade nas viagens superiores a oito horas de duração.

Os veículos de transporte de animais devem ainda estar equipados com um sistema de vigilância e de alerta sobre os graus de humidade e de temperatura.

Para a Comissão Europeia, trata-se de melhorar a «saúde e o bem-estar» dos animais transportados durante largas horas, que devem ocorrer sem «colocar a vida dos animais em perigo e sem causar sofrimento desnecessário» aos mesmos.

As novas regras aprovadas, com base em pareceres do comité científico para a saúde e bem-estar animal, obrigarão a um aumento estimado entre três e cinco por cento dos custos totais do transporte, mas permitirão reduzir a mortalidade dos animais nos trajectos

longos e a chegada dos mesmos ao seu destino em melhores condições de saúde.

A legislação actual obriga a que o transporte longo de qualquer animal seja feito exclusivamente por sociedades de transporte oficialmente autorizadas, no respeito de regras como a utilização de veículos adequados, a existência de um plano de viagem e o cumprimento de pausas obrigatórias.

Os transportes mais antigos terão até 31 de Dezembro de 2003, o mais tardar, para estar conformes à nova legislação.

A decisão de Bruxelas insere-se num conjunto de medidas que visa melhorar o bem-estar dos animais a nível comunitário e que levou Bruxelas a propor, em Janeiro passado, um conjunto de medidas para melhorar as condições de criação dos porcos, que incluíam a proibição da sua instalação em celas individuais durante o período de gravidez e um tamanho mínimo para as mesmas.

## AGRICULTURA BIOLÓGICA

Estudo revela

## EXPLORAÇÕES E ÁREA CULTIVADA AUMENTAM EM PORTUGAL

**P**ortugal registou um aumento anual de 45,2 por cento de explorações dedicadas à agricultura biológica num espaço de cerca de dez anos, mas permanece como um dos países comunitários com a menor área de cultivo amigável do ambiente. A agricultura biológica é um sistema global de produção agrícola (vegetal e animal) que privilegia as práticas de gestão biológica em detrimento do uso de produtos químicos.

Os dados constam do documento Agricultura Biológica - Guia da Regulamentação Comunitária, publicado esta semana em Bruxelas, e que analisa a evolução deste tipo de agricultura na

Europa desde o final da década de oitenta. Entre 1988 e 1998, Portugal registou um aumento anual de 45,2 por cento do número de explorações certificadas como biológicas ou em reconversão, um dos maiores saltos registados nos Quinze, a seguir à Grécia, Itália, Finlândia e Áustria.

Este crescimento não significou, no entanto, a sua passagem para o grupo da frente dos países com a maior área de cultivo: Portugal ocupava o décimo lugar em 1999, segundo as estimativas, dispondo de perto de 50 mil hectares com agricultura biológica, um número apenas superior aos de Holanda, Luxemburgo, Irlanda, Grécia e Bélgica.

No mesmo período Portugal, registou

também um aumento anual de 57,3 por cento da área cultivada de forma biológica. Os valores mais elevados em zona de cultivo observam-se na Itália (cerca de um milhão de hectares), Dinamarca (perto de 450 mil) e no Reino Unido (perto de 400 mil).

Em termos de números de explorações, o País dispunha há dois anos de perto de 750, enquanto a Itália chegava perto das 50 mil e a Áustria das 20 mil.

Apesar de os dados serem muito diferentes de país para país, a Direcção-Geral de Agricultura da Comissão Europeia congratula-se com o aumento significativo de área cultivada com agricultura biológica - que passou de 900 mil hectares em 1993

no espaço comunitário para 2,9 milhões passado cinco anos -, o que denota o seu potencial de crescimento.

Isto deve-se, de acordo com o organismo comunitário, à consciencialização das vantagens deste tipo de agricultura e ao aumento da exigência por parte de consumidores, produtores e comerciantes, a par dos apoios europeus às práticas agrícolas favoráveis ao ambiente.

O aumento da diversidade biológica, o crescimento da actividade biológica dos solos e a manutenção da sua fertilidade e a promoção do bom uso dos solos e da água são alguns dos benefícios deste tipo de agricultura, em especial para o meio ambiente.

## INTERNET

Comissão Europeia

## ADOPTADA DIRECTIVA SOBRE DIREITOS DE AUTOR

**O**s Quinze adoptaram no início desta semana a directiva europeia sobre a protecção dos direitos de autor no universo multimédia, incluindo a Internet, quer se trate de livros, filmes ou obras musicais.

«Os criadores, os artistas e as empresas preocupadas com os direitos de autor na Europa podem agora enfrentar os desafios do comércio electrónico», congratulou-se Frits Bolkestein, comissário europeu encarregado do Mercado Interno.

A adopção desta directiva é o resultado de longas e delicadas discussões efectuadas entre o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu. A nova directiva harmoniza os direitos de reprodução, distribuição, de divulgação ao público, assim como a protecção jurídica de dispositivos anti-cópia e sistemas de gestão de direitos.

A directiva prevê contudo que os titulares dos direitos de autor contemplem excepções, «seja voluntariamente, seja

através de acordos com as outras partes», para que se possa fazer cópias destinadas a alguns beneficiários como o universo do ensino, nomeadamente as escolas e as bibliotecas. «Cabe aos Estados membros zelar por que esses meios existam».

Relativamente à cópia privada, esta pode ser executada apenas num «número limitado de casos», tendo como contrapartida uma «compensação justa». A Comissão recordou que o Parlamento Europeu havia já introduzido esta

disposição numa emenda, mas sublinha que «a forma exacta desta compensação é deixada à escolha dos Estados membros, em função das suas tradições e práticas jurídicas».

Os Quinze disporão de um período de 18 meses para integrar nas suas legislações nacionais a nova directiva, a partir do momento em que ela seja publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, o que deverá ocorrer dentro de algumas semanas.

## COOPERAÇÃO DOTADA DE 11,8 MILHÕES DE CONTOS

**P**ortugal vai aplicar 11,8 milhões de contos num programa de cooperação com Cabo Verde, a desenvolver este ano, nas áreas sociocultural, técnico-económica, financeira e empresarial, segundo foi anunciado, no dia 5. O Plano de Acção da Cooperação (PAC) para 2001, assinado na passada quinta-feira, na Cidade da Praia, entre representantes dos dois países, dá sequência à programação para o triénio 1999-2001, já delineada, introduzindo-lhe alguns ajustamentos e novos projectos. O documento, subscrito pelo presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), João Cravinho, e pelo director-geral da Cooperação Internacional de Cabo Verde, Júlio Moraes, concentra-se em domínios considerados prioritários já em 2000, nomeadamente, da educação/formação, cultura/património e turismo/ambiente». Cerca de nove milhões de contos portugueses serão aplicados na área de cooperação financeira, nomeadamente no acordo de conversão cambial. Outro domínio importante de intervenção, e que também beneficiará de um significativo investimento, é o da educação/formação.

João Cravinho, que integrou a delegação do secretário de Estado dos Negócios

Estrangeiros e Cooperação, Luís Amado, na visita a Cabo Verde, manifestou-se entusiasmado com as perspectivas para os próximos meses, «tanto ao nível de realização das iniciativas previstas no PAC, como no domínio de programação para o triénio 2002-2004».

Por sua vez, Júlio Moraes salientou que o documento «é mais um passo concreto, e qualitativamente importante, no sentido de se terminar um ciclo, e também de se acordarem os eixos e linhas de orientação» para o futuro. «Em termos quantitativos este apoio continua a ser bastante importante. Continua a colocar Portugal em primeiro plano no ranking dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde», afirmou.

As duas partes acordaram trabalhar, durante este ano, na programação do Programa Indicativo da Cooperação (PIC) para o triénio 2002-2004.

«Pretende-se que o próximo PIC seja um documento estreitamente entrosado com as prioridades de desenvolvimento identificadas pelas autoridades de Cabo Verde e, para este efeito, durante o segundo semestre, deslocar-se-á ao arquipélago uma missão de programação», lê-se no documento.

A criação de infra-estruturas indispensáveis ao

sucesso da actividade produtiva e a luta contra a pobreza são outros domínios prioritários da cooperação.

A colaboração entre os dois países estender-se-á também à cooperação técnico-militar e consolidação das instituições, nomeadamente na área judicial, finanças públicas, planeamento e ordenamento do território.

### Luis Amado confiante no aprofundamento das relações

A cooperação entre Portugal e Cabo Verde tem vindo nos últimos anos a reforçar-se e a aprofundar-se em todos os sectores da vida económica, social e política.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, Luís Amado, manifestou-se na semana passada convicto, durante a visita a Cabo Verde, de haver condições para se aprofundar a cooperação entre os dois países.

«Mantemos a mesma perspectiva em relação à importância que tem o apoio nos sectores da educação, económico-financeiro, e é essa no fundo a orientação que será seguida no próximo programa de médio prazo, de 2002 a 2004, que começou já a ser preparado», afirmou.

Luis Amado referiu que as duas delegações técnicas começaram já a trabalhar no programa para este ano, ajustando-o nas «perspectivas possíveis a explorar pelo Governo português, no âmbito do que são as orientações do Executivo cabo-verdiano em relação aos sectores que foram identificados como áreas mais importantes para a cooperação» entre os dois países.

Falando no termo de uma audiência com o Presidente da República, o secretário de Estado disse ter recebido de Pedro Pires a «vontade expressa e muito firme de fortalecer, no âmbito do exercício do seu cargo, as relações com Portugal».

«A minha visita insere-se nesta perspectiva. Independentemente dos governos e de quem exerce as funções, o que é importante é consolidar uma relação que se tem vindo a aprofundar nos últimos anos entre os povos português e cabo-verdiano», sublinhou.

Luis Amado, que também foi recebido pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, afirmou que dos encontros tidos pôde concluir que nos próximos meses haverá condições para se dar continuidade a «uma relação que nos últimos anos se aprofundou em todos os sectores da vida económica, social e política».

## PROBLEMAS DA JUVENTUDE EXIGEM UNIÃO DE ESTADOS-MEMBROS

**A** secretária de Estado da Juventude de Cabo Verde, Maria de Jesus Mascarenhas, que assumiu, no dia 7, a presidência da Conferência de Ministros da Juventude da CPLP defendeu a importância da união de esforços para se alcançarem os objectivos definidos.

«Só um esforço de todos os países membros permitirá realizar os objectivos definidos», afirmou Maria de Jesus Mascarenhas no discurso que proferiu na sessão de encerramento da II Conferência de Ministros da Juventude da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que decorreu em Luanda. Na sua intervenção, a secretária de Estado da Juventude de Cabo Verde afirmou que o mandato de dois anos que o seu país assumiu sábado «não se vai esgotar no âmbito institucional», frisando a importância da acção desenvolvida pelos governos dos países lusófonos «alcançar os jovens».

Apesar de admitir que as acções a desenvolver devem basear-se num «pragmático realismo», Maria de Jesus Mascarenhas frisou que, «se as dificuldades são muitas, também é elevado o espírito de sacrifício e a vontade dos países membros para levarem avante esta comunidade».

A presidência da Conferência de Ministros da Juventude da CPLP é assumida rotativamente por ordem alfabética, pelo que, depois de



Angola, deveria ser o Brasil a presidir, mas este país manifestou a sua indisponibilidade, pelo que a presidência passou para Cabo Verde, que a exercerá nos próximos dois anos.

A indisponibilidade brasileira está relacionada, ao que tudo indica, com o facto de o país não possuir um ministro da Juventude, já que esta área está englobada no Ministério da Educação. No breve discurso que proferiu na cerimónia, o ministro angolano da Juventude e Desporto, Marcos Barrica, salientou que, durante os dois anos em que o seu país ocupou a presidência, «foi feito o possível atendendo aos condicionais existentes», manifestando a sua «esperança num futuro melhor da juventude dos países lusófonos».

### Lusofonia em grande plano

A declaração final da II Conferência de

Ministros da Juventude da CPLP refere que os sete países lusófonos se comprometem a promover a realização do Festival da Lusofonia, uma proposta apresentada por Portugal que abrangerá iniciativas de natureza desportiva, artística, cultural e associativa.

Uma fonte da delegação portuguesa admitiu à Imprensa que a primeira edição deste festival poderá realizar-se em 2004, coincidindo com a Bienal de Jovens Criadores e com os Jogos da Lusofonia.

Os ministros marcaram também a data da próxima Bienal, que se realizará em Moçambique, no próximo ano, e convidaram Timor-Leste a associar-se «as diversas iniciativas e eventos na área da juventude que vierem a ter lugar na sequência desta conferência».

Esta foi uma decisão acolhida com satisfação pela representante de Timor-Leste na conferência, Pascoela Barreto, que participou nos trabalhos na qualidade de observadora.

«Este era o desejo de Timor-Leste, para que possa também haver um intercâmbio maior dos jovens, que é extremamente importante e saudável», afirmou Pascoela Barreto.

A representante timorense manifestou esperança que o envolvimento dos jovens timorenses em actividades da CPLP «aconteça num futuro muito próximo», salientando a importância de a juventude do território «beneficiar desta família tão grande que é a

CPLP».

Na declaração final da conferência ficou também decidido incentivar o estabelecimento de Programas Bilaterais de Intercâmbio e Mobilidade e consolidar a rede de Centros para a Divulgação das Tecnologias de Informação. Uma página dedicada aos problemas da juventude nos países membros da CPLP deverá ser aberta na Internet nos próximos meses, com o objectivo de aumentar a troca de informações e o conhecimento sobre a realidade de cada país.

A conferência contou com a presença dos ministros da Juventude e Desportos de Portugal, José Lello, de Angola, Marcos Barrica, e de Moçambique, Joel Matias Libombo, do ministro da Educação, Juventude e Cultura de S. Tomé e Príncipe, Peregrino Sacramento da Costa, e da secretária de Estado da Juventude de Cabo Verde, Maria de Jesus Mascarenhas.

O Brasil esteve representado pelo seu embaixador em Luanda, Jorge D'Estragnole filho, enquanto a Guiné-Bissau não se fez representar na conferência devido a problemas relacionados com a recente mudança de governo naquele país.

O encontro contou ainda com a presença de Pascoela Barreto, em representação de Timor-Leste, território que apenas pode ser membro da CPLP quando adquirir estatuto jurídico de Estado independente.

## INVESTIDOS 8,7 MILHÕES DE CONTOS

O investimento em projectos na área da Sociedade da Informação aprovados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia é já de 8,7 milhões de contos, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA).

A extensão da rede telemática nacional, a formação avançada de recursos humanos nas áreas das tecnologias da informação e a ligação das escolas do primeiro ciclo à Internet são alguns dos projectos contemplados por este investimento.

A extensão do Programa Internet na Escola às escolas do primeiro ciclo do ensino básico foi financiada com 1,9 milhões de contos, devendo, até ao final de 2001, abranger cerca de oito mil estabelecimentos de ensino.

Até ao final do ano, Portugal deverá dispor também de uma rede de 254 postos de Internet nas estações dos correios, o que implicará um investimento de cerca de 625 mil contos.

Outros projectos em curso são a informatização dos tribunais e da rede consular, a criação de Espaços Internet nos municípios e o apoio à investigação e tratamento computacional da língua portuguesa.

Este mês, o Ministério da Ciência e



Tecnologia aprovou o financiamento dos primeiros seis Espaços Internet, entre as mais de cem candidaturas recebidas para esta iniciativa, lançada em Fevereiro.

Os Espaços Internet são locais concebidos para familiarizar os cidadãos com o uso das tecnologias de informação, dotados de equipamento e de formadores.

Por outro lado, o projecto de informatização da Rede Consular vai garantir, segundo o ministério, «ganhos substanciais de tempo na resposta aos cidadãos, nomeadamente

dos emigrantes», permitindo, por exemplo, que os utentes possam requisitar serviços através da Internet.

O Centro de Recursos Distribuídos para o Processamento Computacional da Língua Portuguesa foi financiado em 242 mil contos. Trata-se de uma estrutura com pólos em Oslo, Braga e Lisboa que promove a cooperação entre áreas que vão da linguística à engenharia, reunindo unidades de investigação, universidades e empresas. Os projectos de investigação e desenvolvimento na área da Sociedade da Informação (da engenharia informática à robótica) compreendem um investimento de cerca de um milhão de contos, enquanto que na formação avançada de recursos humanos (bolsas de doutoramento e pós-doutoramento) foram já investidos 230 mil contos.

### Combater «má fama» do trabalho de mãos

O ministro da Ciência e Tecnologia Sublinhou, no dia 6, em Tavira, o empenho do Governo em «combater o anátema que impende sobre o trabalho manual, com raízes profundas na sociedade portuguesa». Falando na cerimónia de assinatura do protocolo para a criação da Oficina de

Ciência Viva de Tavira, Mariano Gago frisou como meta do Governo que a experimentação científica ganhe adeptos, «apesar da tradicional desvalorização do trabalho das mãos».

«Sem mãos não havia actividade científica», lembrou, afirmando que a educação científica «não pode ser baseada apenas em repetir o manual das ideias», pois «a ciência não é possível sem experimentação».

Nesse contexto, enalteceu a importância de chamar aos Centros de Ciência Viva (CCV) a população em geral, a par dos alunos das escolas básicas e secundárias, reafirmando a aposta do Executivo em criar pelo menos um CCV em cada distrito até ao fim da legislatura, em 2003.

Mariano Gago frisou «a importância de que cada região do País tenha o seu próprio centro de ciência viva», adaptado às características próprias dessa região.

«Seria muito fácil copiar todos os centros a partir de um modelo único existente em Lisboa, mas não é isso que queremos fazer, porque os centros de ciência viva têm que ser desejados pelas populações», disse. Sublinhou a especificidade da nova Oficina de Ciência Viva de Tavira, «que terá um papel comunitário bem mais forte», inserida num distrito em que já existe um CCV, localizado em Faro.

## OS TRÊS EQUÍVOCOS DO CRESCIMENTO

O Presidente da República afirmou, no dia 6, em Coimbra, que um dos equívocos do crescimento do ensino superior em Portugal é ser encarado como mero instrumento de desenvolvimento regional e de fixação de populações.

Para Jorge Sampaio, o crescimento do ensino superior português padece ainda de outros dois equívocos: considerar-se como prioridade para os alunos a frequência de escolas perto da área de residência, e pensar-se que o seu desenvolvimento significa mais universidades.

Sampaio intervinha na inauguração do anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, perante uma plateia com várias individualidades e membros do governo, entre os quais o primeiro-ministro, António Guterres, e os ministros da Educação, da Justiça, e da Reforma do Estado e Administração Pública.

«A expansão rápida da rede de ensino superior criou a ideia de que (...) cada distrito e mesmo cada cidade podem aspirar a possuir uma unidade de ensino, como motor de desenvolvimento», disse. Referindo-se aos segundo e terceiro



equívocos, o chefe de Estado defendeu que «é preferível investir na Acção Social Escolar», e aconselhou a uma «avaliação crítica sobre a qualidade do ensino e da Investigação».

«Não nos podemos deixar arrastar por

respostas pontuais e avulsas», afirmou Sampaio, ao defender a necessidade de «repensar o ensino que temos e o ensino que queremos».

Na sua opinião, a grande questão que o País tem de enfrentar é a de encontrar vias

que permitam conciliar as «exigentes oportunidades de acesso» com a qualidade do ensino e da investigação. Numa reflexão sobre os desafios que o ensino superior enfrenta a nível europeu, o Presidente da República falou da qualidade e das necessidades individuais e sociais de formação.

«É necessário repensar a organização das formações e instituições, responder às necessidades individuais e sociais de formação e valorizar os conhecimentos e competências obtidos fora do sistema formal», disse.

Perante os reparos de Jorge Sampaio, o ministro da Educação, Augusto Santos Silva, disse aos jornalistas que a agenda do ensino superior «só pode ser a da qualidade, incompatível com a proliferação de cursos e escolas».

«Não é possível conduzir uma política de educação com base em equívocos, como disse o Presidente da República», referiu. Augusto Santos Silva considerou que «todas as chamadas de atenção são bem-vindas», aludindo também a críticas apresentadas na mesma cerimónia pelo estudante Nuno Lobo, do núcleo de Direito da Associação Académica.

## CLARIFICAR JURIDICAMENTE AGRESSÕES A AGENTES POLICIAIS

O Governo vai apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei que clarifique juridicamente as agressões aos elementos das forças de segurança, uma vez que «as mais graves já são consideradas hoje na lei portuguesa crime público».

O anúncio foi feito, dia 5, em Lisboa, pelo ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira, numa tomada de posição sobre as reivindicações das associações socioprofissionais de polícia que exigem que as agressões aos agentes das forças de segurança sejam tipificadas como crime público.

Severiano Teixeira falava aos jornalistas após a cerimónia de posse do novo director nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o magistrado Júlio Pereira.

O ministro afirmou que «os crimes mais graves e violentos contra agentes das forças de segurança, como tentativas de homicídio e ofensas corporais graves, são já hoje na lei portuguesa crime público».

No entanto, o governante considerou que «há algumas situações que podem suscitar dúvidas» e é sobre essas que o Governo pretende fazer uma clarificação jurídica.



«Apresentarei em Conselho de Ministros uma proposta de lei para ser entregue na AR no sentido da clarificação jurídica desse outro tipo de crimes (de menor violência) no que diz respeito às agressões aos agentes da autoridade, num plano global», acentuou.

### Sim a sindicatos da polícia, não à greve

Severiano Teixeira adiantou que já manifestou às associações socioprofissionais a sua disponibilidade para trabalhar no sentido da clarificação jurídica desse

outro tipo de crimes no que diz respeito às agressões a agentes policiais.

Sobre uma eventual greve às multas proposta pelas associações para esta próxima semana na sequência da exigência de que as agressões aos policiais sejam tipificadas como crime público (que não carece de queixa), bem como à ausência do pagamento do subsídio de turno e piquete ou de risco, entre outras reivindicações, Severiano Teixeira deixou apenas um «recado».

«Temos mantido e continuaremos a manter com as associações socioprofissionais da polícia uma relação de abertura e de cooperação. Têm sido recebidas com muita frequência todas as associações no MAI e estamos empenhados na resolução dos problemas, mas o ministério não pode nem deve resolver os problemas sob pressão», frisou.

Severiano Teixeira sublinhou que «o Governo é favorável ao sindicalismo de polícia, mas sem direito à greve» e afirmou estar «convencido que as associações farão as coisas dentro da lei».

«Estou convencido que sendo associações responsáveis como são sabem os direitos que têm e naturalmente farão exprimir as sua reivindicações dentro daquilo que é o

seu quadro legal», enfatizou.

Relativamente aos subsídios e aos suplementos, o governante adiantou que, «depois de uma larga ronda de conversações e negociações com as associações de polícia está ultimado o suplemento de turno e piquete que já entrou em processo legislativo e está para ser agendado em Conselho de Ministros junto com outros subsídios que foram também negociados e que estarão dentro do mesmo pacote legislativo».

O ministro da Administração Interna reafirmou que o Estado suportará todos os custos de patrocínio jurídico para com os agentes que, no desempenho da sua missão profissional, sejam vítimas de agressões.

Relativamente à intensidade de ocorrências com armas ilegais ou provenientes de roubos com alguma intensidade e violência, o governante afirmou ainda que o seu ministério, juntamente com o da Justiça, está «preocupado» com a questão e está a preparar também iniciativas legislativas nessa matéria.

No que respeita ao MAI, as iniciativas terão a ver com o que toca às regras de segurança dos armeiros e à fiscalização rigorosa das mesmas.

## NÚMEROS DO TERROR

O nze por cento dos homicídios e 23 por cento das ofensas corporais graves e simples registados em Portugal durante 2000 foram casos de violência doméstica, disse, no dia 6, no Porto, a coordenadora do Projecto Inovar.

Estes números, apresentados sexta-feira ao ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira, fazem parte do Relatório Violência Doméstica, que reúne os dados recolhidos em 1999 e 2000 pela PSP e pela GNR relativamente a queixas de crimes ocorridos dentro do núcleo familiar.

Segundo Teresa Rosmaninho, responsável pelo Projecto Inovar, 3,3 por cento do total da criminalidade registada em Portugal no último ano corresponde a casos de violência doméstica, o que, a somar às restantes percentagens, demonstra o peso deste tipo de crime na sociedade portuguesa.

No total, as duas forças de segurança registaram no ano passado em todo o País 11.765 crimes domésticos (10.080 em 1999), na sua esmagadora maioria perpetrados por homens (89 por cento dos suspeitos) contra mulheres (84 por cento

das vítimas).

Como seria de esperar, os distritos de Lisboa e do Porto são os que registam o maior número de casos (2636 e 1575, respectivamente), mas não são aqueles onde existem mais casos por cada mil habitantes – um lugar que cabe às regiões autónomas.

Nos Açores, verificaram-se 2,22 ocorrências por cada mil habitantes, enquanto na Madeira esse valor foi de 1,85 por mil.

Os distritos onde se verificaram menores médias de agressões familiares foram os da Guarda, com 0,48 casos por mil habitantes, e de Beja, com 0,55 por mil.

O maior número de casos foi detectado pela PSP tanto em 1999 como em 2000 (6637 e 7562), tendo a GNR registado, respectivamente, 3443 e 4203.

Os números do relatório registam a própria mudança de mentalidade ocorrida nas forças policiais devido ao trabalho de sensibilização desenvolvido no seu interior pelo Projecto Inovar.

No Porto, por exemplo, verifica-se uma subida astronómica de 60,5 por cento no número de ocorrências entre 1999 e 2000

– o que, segundo Teresa Rosmaninho, revelam uma maior sensibilidade dos comandos do distrito relativamente ao conceito de crime doméstico.

Os registos das forças policiais não davam até há pouco tempo a devida atenção, em muitos casos, ao facto de se tratar de crime ocorrido ou não em ambiente doméstico, realidade para a qual estão hoje muito mais atentas.

Por outro lado terá havido um movimento de «passa palavra» entre as próprias vítimas, que estão agora a ser alvo de um melhor atendimento por parte das forças policiais.

Esse é, aliás, um dos objectivos do Projecto Integrar, um pequeno grupo criado pelo MAI que trabalha em conjunto com a PSP e a GNR para melhorar os serviços de atendimento das vítimas de crimes.

«As policiais têm de prevenir e combater os crimes, mas têm também de prestar um bom atendimento às vítimas, um serviço que devem prestar com o mesmo profissionalismo que colocam nas outras actividades», salientou a responsável.

Em muitos casos, disse, é difícil o envolvimento da sociedade no combate ao

crime doméstico porque «na maioria dos casos, ele não transmite sensação de insegurança às pessoas».

Por outro lado, nos lares onde se verificam crimes ou actos de violência «o agressor é uma pessoa conhecida, trata-se de um verdadeiro caso de dormir com o inimigo», o que dificulta enormemente o seu combate, acrescentou.

A solução passa pelo envolvimento de todos, porque de cada vez que um caso é denunciado e a polícia intervém os agressores assustam-se.

É preciso também assegurar uma retaguarda de apoio à vítima de violência doméstica. «Uma mulher vai à noite a uma esquadra queixar-se de violência doméstica. Depois da queixa vai voltar para casa? Não pode, tem de haver espaços onde ela possa refugiar-se para receber apoio», afirmou, sublinhando que «só na Galiza existem 14 lares para mulheres e crianças nestas condições».

Em Portugal, as que existem são de iniciativa de organizações não governamentais, sendo necessário um maior esforço, diz Teresa Rosmaninho, de entidades públicas como as autarquias e Segurança Social.



## CO-INCINERAÇÃO ARRANCA

«**C**hegou o tempo de agir». Foi este o mote lançado, dia 9, pelo ministro Ambiente para anunciar a decisão de avançar com o processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos (RIP).

Trata-se duma decisão assumidamente política, conforme enfatizou José Sócrates ao lembrar que foi uma medida «das mais discutidas, das tecnicamente mais debatidas, das técnicas e cientificamente mais fundamentadas».

«A opção que não estava disponível era não fazer nada», insistiu.

Na origem da decisão de Sócrates estão os relatórios da Comissão Científica Independente e do Grupo de Trabalho Médico. Também o documento do Instituto de Promoção Ambiental, elaborado a partir da consulta pública, mas – sublinhou – «não foi aduzido qualquer argumento que levasse o governo a alterar a sua posição». Depois de aprovado em Conselho de Ministros, o decreto que determina a co-incineração de RIP que não possam ser tratados de outra forma terá como consequência prática o início dos testes em Souselas e no Outão.

O ministro confirmou assim as localizações apontadas pela Comissão Científica Independente.

A co-incineração de resíduos industriais perigosos começa a ser testada em Junho, na cimenteira de Souselas, com lamas oleosas actualmente depositadas em Sines.

Antes disso, o Outão será palco de ensaios em branco, ou seja, sem RIP. Isto porque a cimenteira da Arrábida não dispõe ainda de filtros de manga (já instalados em Souselas).

A matéria-prima destes testes em branco será o carvão, provavelmente já a partir de dia 18, embora o ministro do Ambiente não se tenha comprometido com uma data exacta.



Em Setembro, deverão arrancar, no Outão, os testes já com resíduos. Muito antes disso, e já na próxima semana, inicia-se o rastreio epidemiológico da população de Souselas, seguindo-se-lhe o Outão.

### Instalação provisória

José Sócrates adiantou que a nova unidade de pré-tratamento de RIP só será instalada definitivamente depois de realizados todos os ensaios de queima de RIP nas cimenteiras, mas não especificou qual será a localização da unidade provisória.

O ministro afirmou que vão ser instalados filtros de manga em todas as cimenteiras do país, num total de 11 fornos, e que o investimento previsto ronda os 10 milhões de contos.

«Não é verdade que a instalação das mangas vá ser feita com recurso ao financiamento público. As cimenteiras vão

ter de se candidatar ao Programa Operacional de Economia, que financia apenas cerca de 50 por cento dessa instalação», frisou.

Quanto à escolha das cimenteiras de Outão e Souselas para a co-incineração, uma sugestão da Comissão Científica Independente (CCI) reiterada agora por Sócrates, o governante afirmou não haver necessidade de realizar mais estudos de impacte ambiental.

Relativamente à necessidade de ter uma listagem dos RIP antes de avançar com a co-incineração, o titular da pasta do Ambiente apenas comentou que «só vão ser co-incinerados os resíduos que não possam ser reciclados».

José Sócrates contestou as críticas dos partidos da oposição, que consideram que o processo da co-incineração deve ser dominado pelo princípio da precaução, dizendo que «deixar tudo na mesma é que põe em risco a saúde das populações».

O ministro adiantou que «nenhum dos argumentos» avançado pelos participantes do período de consulta pública – entre eles autarquias, populações e ambientalistas – foi considerado pela CCI como suficiente para alterar o seu parecer positivo à co-incineração em cimenteiras.

O despacho de Sócrates reiterando a opção de co-incinerar RIP nas cimenteiras de Souselas e Outão foi assinado na passada segunda-feira, carecendo agora de aprovação em Conselho de Ministros, à qual se seguirá a primeira fase de ensaios de queima de RIP nas cimenteiras.

O ministro anunciou ainda que vai propor para aprovação em Conselho de Ministros um projecto de decreto-lei que declare a cessação da suspensão da vigência das normas do decreto-lei 273/98, de 2 de Setembro, no que respeita às operações de co-incineração de RIP, incluindo a avaliação e selecção de locais para queima e tratamento desses resíduos.

### Estação provisória de Sines receberão 200 mil toneladas lamas

O processo de pré-tratamento dos resíduos industriais perigosos (RIP), numa estação provisória em Sines, vai abranger mais de 200 mil toneladas de lamas oleosas.

As lamas são provenientes da refinaria e petroquímica instaladas naquele concelho do litoral alentejano e têm sido acumuladas ao longo de 25 anos.

Os resíduos consistem sobretudo em «lamas que, após o processo industrial, se acumulam no fundo dos depósitos da refinaria e das empresas petroquímicas».

As lamas oleosas têm que ser tratadas antes de irem para as co-incineradoras de modo a poderem ser feitos os ensaios.

A fase de testes da co-incineração está marcado para a cimenteira de Souselas em Junho e para a do Outão em Setembro.

O anúncio do arranque do processo de co-incineração foi feito segunda-feira em Lisboa pelo ministro do Ambiente, José Sócrates, que revelou depois que uma estação de pré-tratamento dos RIP seria instalada provisoriamente em Sines, para a fase de testes.

## TRAGÉDIA DA PONTE DEVEU-SE À EROSÃO E EXTRACÇÃO DE AREIAS

**A** erosão, extracção de areias, fortes chuvas e descargas das barragens são as principais causas da queda da Ponte de Entre-os-Rios, anunciou, no dia 11, em Lisboa, a comissão de inquérito às causas do sinistro ocorrido a 4 de Março.

Numa curta declaração à Imprensa, no Ministério do Equipamento Social, a comissão de inquérito citou a extinta Junta Autónoma das Estradas e os organismos

que lhe sucederam, nomeadamente o Instituto das Estradas de Portugal, para referir que «não evidenciaram a devida percepção para o risco envolvido» na Ponte Hintze Ribeiro.

Apesar de inspecções realizadas às fundações da estrutura sinistrada, esses organismos «não desenvolveram acções que evitassem ou reduzissem os riscos» de ruína, realça-se no relatório, que denuncia não haver «uma fiscalização adequada à

extracção de inertes» no rio Douro. Isso acontece – acrescenta o documento – porque «estão dispersas as competências» de fiscalização por diversas entidades, faltando depois a necessária articulação entre elas.

O ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, enviou, ainda na passada terça-feira, o relatório da comissão de inquérito à Procuradoria-Geral da República e à Assembleia da República.

Recorde-se que a centenária Ponte Hintze Ribeiro, que ligava Entre-os-Rios e Castelo de Paiva, ruiu no domingo dia 4 de Março, arrastando para o rio Douro um autocarro de turismo e três viaturas ligeiras, provocando a morte a cerca de 60 pessoas, continuando desaparecidos aproximadamente 40 corpos.

As equipas do Instituto Hidrográfico da Marinha conseguiram localizar e resgatar o autocarro e dois dos veículos ligeiros.

## PS EM MOVIMENTO

### LISBOA

#### Confiança em João Soares

O dirigente socialista Fausto Correia desvalorizou recentemente as sondagens que apontam para um equilíbrio entre os candidatos do PSD e da coligação PS/PCP na corrida à presidência da Câmara de Lisboa.

Confrontado com estudos de opinião que apontam para um empate técnico entre as candidaturas de Pedro Santana Lopes (PSD) e do camarada João Soares (PS/PCP), Fausto Correia disse, a título pessoal, que o trabalho desenvolvido pela coligação na edilidade lisboeta, preannuncia uma nova vitória nas eleições autárquicas de Dezembro. «O trabalho desenvolvido pela equipa presidida por João Soares é para o PS sinal claro que preannuncia uma renovação da confiança política por parte dos eleitores do concelho de Lisboa, sustentou Fausto Correia.

O dirigente socialista, contudo, fez questão de sublinhar que a reunião da Comissão Permanente «não abordou especificamente o caso concreto das eleições para a Câmara de Lisboa».

«A Comissão Permanente do PS passou em revista a situação global em termos de eleições autárquicas e não se deteve em concelho algum em particular», acrescentou.

### MADEIRA

#### PS quer inquérito

O PS-Madeira pondera a hipótese de pedir ao Ministério Público que apure eventuais responsabilidades nas consequências do temporal que fustigou a Madeira no princípio do mês de Março, que provocou a morte de seis pessoas.

As vítimas são duas mulheres madeirenses e quatro turistas estrangeiros, além de cerca de centena e meia de desalojados no Curral das Freiras.

O líder do PS-M, José António Cardoso, fez esta revelação após ter visitado os locais sinistrados, nomeadamente São Vicente, Curral das Freiras e Ribeira Brava.

«Nós vamos considerar essa hipótese», disse, tendo acrescentado que o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Regional vai solicitar um pedido de inquérito parlamentar. Esta posição do PS-M deve-se, segundo José António Cardoso, ao facto dos socialistas acharem que «São Pedro não é culpado disto».

Os ambientalistas madeirenses e os partidos da oposição apontam como causa dos estragos causados pelo temporal os entulhos deixados junto das vias de água provenientes das obras públicas, nomeadamente vias de circulação viária, facto negado pelo Governo Regional.

### Ambiente Socialistas do mundo zelam por Quioto

Os partidos socialistas europeus vão pressionar os Estados Unidos da América a recuarem na decisão recentemente anunciada de não ratificar os acordos de Quioto, que estabelecem o compromisso dos países de diminuir a emissão de gases poluentes. O deputado do PS José Lamego anunciou esta intenção, no dia 5, no período de antes da ordem do dia do plenário da Assembleia da República, adiantando que o tema será debatido na próxima convenção da Internacional Socialista, a realizar em Junho em Lisboa.

### VILA DO CONDE

#### Mário Almeida recandidata-se

O deputado socialista e ex-ministro da Administração Interna Fernando Gomes disse recentemente estar «disponível» para se recandidatar à presidência da Câmara Municipal do Porto.

A declaração de disponibilidade foi feita no mesmo dia (terça-feira 3) em que o autarca Mário Almeida anunciou que se vai recandidatar à presidência da Câmara de Vila do Conde.

Fernando Gomes referiu que a iniciativa de Mário Almeida foi «um empurrão na porta» para a sua recandidatura, realçando no entanto que a decisão final depende de uma tomada de posição da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista (PS).

O ex-ministro, que falava no final de um jantar de homenagem a Mário Almeida pelos 20 anos à frente da edilidade vilacondense, entende que o seu eventual regresso à Câmara do Porto não pode ser considerado uma derrota, mas sim «uma vitória do bom senso, da maturidade e um acto de humildade».

Em relação à recandidatura de Mário Almeida, Fernando Gomes considerou que «é uma boa notícia pois há projectos importantes que estão em curso em Vila do Conde que não se compadecem com uma mudança na presidência do executivo».

O antigo presidente da Câmara Municipal do Porto adiantou que era quase uma «exigência» que Mário Almeida «continuasse na câmara vilacondense pelo menos mais um mandato».

Mário Almeida, que foi homenageado por mais de uma centena de individualidades locais, sublinhou que «o orgulho no trabalho desenvolvido» foi um factor que pesou na decisão de se recandidatar.

### Linha verde socialista para eleitores de Lisboa

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dispõe já de uma linha verde com a qual pretende reforçar a ligação com os seus eleitores.

A linha, a funcionar, provisoriamente, em moldes experimentais, sendo apenas utilizável pelos eleitores do círculo eleitoral de Lisboa.

Sob o lema «Ligue! Nós ligamos ao que tem para nos dizer!», os eleitores têm assim a garantia de que, no prazo de 48 horas, um deputado entrará em contacto para lhes dar conta das diligências efectuadas em relação à questão colocada.

O número da linha verde socialista é 800204342. Para informações adicionais será necessário contactar o deputado Miguel Coelho.

### ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES SOCIALISTAS



A Juventude Socialista realiza, nos dias 21 e 22 de Abril, na cidade de Braga – Hotel Turismo –, o Encontro Nacional de Estudantes Socialistas, visando debater a Educação (ensino secundário e superior) com os militantes da JS.

## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



APOSTA NA FORMAÇÃO **Augusto Santos Silva**

## ASSEGURAR A TODOS OS BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA\*

**A** educação ao longo da vida significa duas coisas: educação ao longo do percurso de vida de cada um, do nascimento à morte, e educação em todos os domínios da vida. Por isso, uma educação inicial sólida e aberta a todos constitui o melhor *background* para a educação ao longo da vida.

Esta é uma área em que há ainda muito trabalho por fazer, designadamente naqueles países, como Portugal, em que o investimento na educação pré-escolar foi muito tardio. Mas três condições parecem essenciais. A primeira é a progressiva universalização da frequência da educação pré-escolar, nas idades imediatamente anteriores à entrada na escola primária. A segunda é a clara assunção da educação pré-escolar como etapa constituinte da educação primária de todos. A terceira é a construção de condições para cuidados de qualidade para crianças de idade inferior a 3 anos, em creches, prestando assim um apoio social importante às famílias.

A extensão da educação de qualidade a todas as crianças até aos 15 anos e a generalização da frequência da educação secundária, de modo a que, num prazo razoável, todos os jovens até aos 18 anos estejam em formação, parece-me constituir outro pilar fundamental de um sistema de educação ao longo da vida. O nosso

compromisso com a nova geração deve ser inteiramente claro: proporcionar a todos um período longo de escolarização sólida e gratificante, capaz de prepará-los para o prosseguimento dos seus estudos e a entrada no mundo do trabalho e das profissões. Isto passa, julgo, pela diversificação das modalidades e dos contextos de formação secundária, considerando-os todos dignos e úteis.

Um sistema de educação ao longo da vida não pode, porém, ficar-se pela educação inicial. É-lhe indispensável acolher os jovens e adultos já integrados na vida activa, sabendo proporcionar-lhes oportunidades adequadas e enriquecedoras de formação.

Isso implica três orientações estratégicas. A primeira é o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas ao longo da vida, incluindo aquelas que foram adquiridas em ambientes não formais e informais de educação, de modo a valorizar os recursos e as capacidades dos adultos que desejam completar ou aprofundar a sua formação. É uma das apostas principais do actual governo português.

A segunda orientação é a construção de uma oferta de formação atractiva, combinando educação geral e formação profissional, quer dizer, desenvolvendo

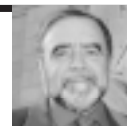
competências de cidadania e de qualificação. Para isto, é indispensável a colaboração entre os departamentos que tutelam as escolas e os departamentos que organizam a formação profissional. Em Portugal, tal tarefa está cometida a uma Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, criada conjuntamente pelo Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho.

A terceira orientação é a diversidade e o dinamismo da oferta de formações. Ela tem de tocar nos vários planos da qualificação, desde as acções de desenvolvimento da literacia, incluindo a alfabetização tecnológica, até aos estudos avançados de natureza pós-graduada, passando pela plena utilização da educação à distância e pela atracção de novos públicos para as universidades. E ela tem de conjugar acções diferenciadas, em duração, conteúdo ou finalidades, de modo a conquistar e integrar diferentes grupos e responder a diferentes necessidades. Neste aspecto, é central a massificação das competências nas novas tecnologias de informação e comunicação, para evitar o tão temido dualismo digital e assegurar avanços na coesão social. Portugal concede particular importância ao desenvolvimento de um diploma de competências básicas nessas tecnologias, quer no sistema de educação básica, quer

no sistema de educação de adultos e não formal.

Finalmente, nenhum sistema de educação ao longo da vida se expande e fortalece se depender exclusivamente do voluntarismo dos governos e da organização do Estado. Pelo contrário: a sociedade civil e, dentro dela, especificamente, os parceiros sociais têm de ser protagonistas desse sistema. O que vale tanto para a organização e a dinamização do sistema como para o seu financiamento. A educação e a formação dos adultos só tem a lucrar com a participação benévola das organizações não governamentais; com a montagem de novas formas de financiamento público, seja ele directo ou por via fiscal; com a rentabilização dos muitos recursos que o sistema escolar pode disponibilizar; com o envolvimento das empresas, dos sindicatos e dos centros de formação. Muito recentemente, em Portugal, celebrou-se, entre Estado, confederações patronais e confederações sindicais, um acordo de concertação social na área do emprego e formação, que inclui medidas importantes de participação e apoio público à educação ao longo da vida. Este é um caminho que deve ser seguido.

\*Intervenção do ministro da Educação de Portugal, na Reunião de Ministros da Educação da OCDE, Paris, 3 de Abril de 2001

DEBATE PARLAMENTAR **Manuel Alegre**

## UM POUCO MAIS DE SONHO

**F**iquei um tanto preocupado com o último debate parlamentar. Não porque António Guterres não tenha ganho. Ganhou, ao contrário de uma opinião publicada que em vão se esforça por inventar uma oposição que não existe. Ganhou sem sequer precisar de brilhar e de se empenhar muito. E aqui é que está o buslilis: na pobreza do debate político em Portugal. Mas como é que pode ser de outro modo quando Durão Barroso, com a peregrina ideia de que lhe basta estar ali para chegar a primeiro-ministro, anestesiou o PSD? Ou quando o PCP se mostra incapaz de derrubar os muros que estão dentro de si e abriu novos caminhos à esquerda? Ou quando Paulo Portas desperdiça talento num discurso cada vez mais populista, cada vez mais dependente do imediato e do mediático, em risco de se transformar num solilóquio? A anestesia das oposições adormece o Governo e o próprio PS. Contamina a democracia. O

«karma» negativo de Durão Barroso desinspira António Guterres. Há um desfazamento entre o discurso e a vida, entre o sistema e o país. Fiquei com a desagradável sensação de um regime autobloqueado. O que é perigoso. Ou, pelo menos, não é saudável. Deprime. Quem está dentro e quem está de fora. Acelera e agrava o desinteresse pela política, cava mais funda a separação entre os cidadãos e quem formalmente os representa.

Por isso, quanto pior está a oposição, maior ainda é a responsabilidade do PS. Não no sentido de se combater a si mesmo e de fazer o que as oposições não são capazes de fazer. Mas no sentido de ser ele o desbloqueador do sistema. Em primeiro lugar não se deixando contagiar, mas sobretudo procurando trazer à política um novo impulso renovador e reformador. Começando por dentro de si mesmo, contrariando a lógica autista e aparelhística, abrindo-se à vida e à

sociedade, ouvindo e captando fora dos círculos fechados do poder as pedras vivas de que falava o nosso mestre António Sérgio. É que o poder está sempre cá fora, está sempre na rua, mesmo quando não parece, sobretudo, até, quando não se dá por isso. É aí, ao poder do movimento, ao poder que não se vê, ao poder dos cidadãos aparentemente sem poder e desinteressados da política que o PS e Guterres têm de ir buscar uma nova energia e a motivação que as oposições não lhes conseguem transmitir. Tal não acontecerá enquanto ocorrerem episódios como o da candidatura à Câmara do Porto. Há um candidato natural, desejado pelos militantes, pelos eleitores, pela opinião pública em geral. Esse candidato é Fernando Gomes. Pode ter cometido erros. Mas quem os não cometeu? E por que razão uns saem do Governo como heróis e outros são diabolizados? Goste-se ou não, Fernando Gomes é uma das principais referências

do Porto e do PS. Não é legítimo que obscuros ajustes de contas internas prevaleçam dentro de um pequeno núcleo contra a opinião pública e o interesse geral do Partido Socialista. A revitalização do sistema político passa pelo desbloqueamento de casos assim, absurdos, tão longe estão da realidade e da vida. Salvar-se a decisão de Narciso Miranda optando por Matosinhos. Saberá o PS por si só resistir à contaminação de uma oposição incapaz de cumprir o seu papel e de se constituir em alternativa? Foi esta a pergunta que me fiz durante aquele cinzento debate. Vinte e sete anos depois da aprovação da Constituição, é preciso acordar de novo. E não é verdade que um partido de esquerda não precisa de virar à esquerda. Às vezes precisa. Precisa de um pouco mais de esquerda, de um pouco mais de Abril, de um pouco mais de sonho.

In «Expresso», 7/4/01

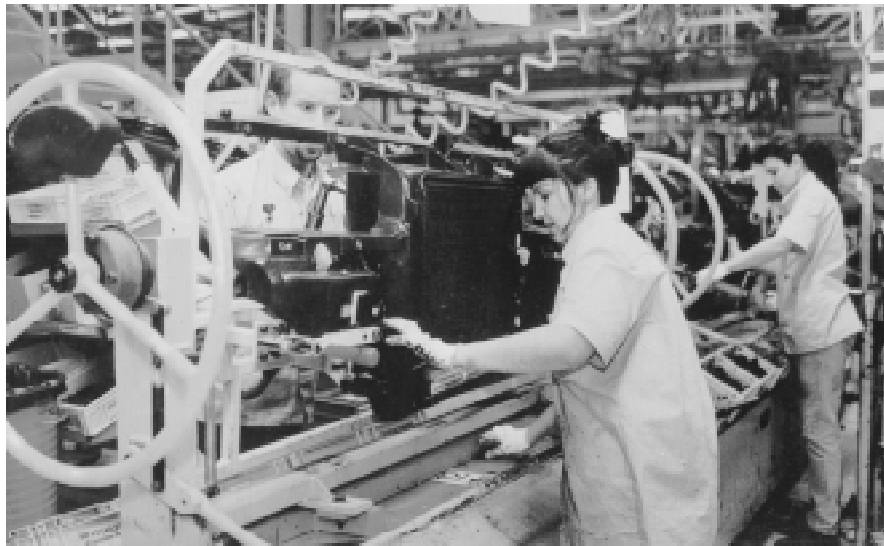
## EM VEZ DA TERCEIRA VIA TRÊS VIAS PARA UNIR A ESQUERDA

**C**omeço por uma frase lapidária que aprendi ser de Antero de Quental: «a História é o teatro da liberdade» - eis uma síntese sublime da vida humana para todas as suas eras, no passado e do presente, e que até explica ou desculpa o próprio Deus quando não intervém perante o sofrimento das pessoas que criou; ora bem, a esquerda tem que aprender a aceitar que criar uma empresa para dar lucro é mais uma das liberdades humanas a que o homem tem direito desde que respeitando, nessa actividade, a legislação democrática em vigor! Numa palavra, digamos que fazer negócio também requer uma vocação própria e país que não perceba nem permita isso acaba por marcar passo economicamente - os empresários «piram-se» para o estrangeiro com a respectiva «massa», o que é cada vez mais fácil e viável... claro que tem que haver regras e nisso a esquerda tem uma responsabilidade acrescida: a tendência de qualquer firma com sucesso é crescer, se possível até ao monopólio, e toma-se necessário garantir nas leis a existência de uma salutar concorrência; isto para além da criação de novas ideias de esquerda que constituam uma verdadeira alternativa à sua direita parlamentar (ver abaixo); outro assunto que queria levar aqui à discussão é o velho problema dos «jobs for the boys» penso sinceramente que a esquerda, (e principalmente o PS por ser um partido de poder) não deve temer a acusação de arranjar bons lugares/colocações para aqueles que serviram o estado por convite do partido que reconheceu neles competência para o efeito, a verdade é que se não houver essa garantia de futuro para quem interrompe a sua carreira profissional a fim de fazer parte do governo (seja a que nível for), ninguém sacrificaria essa mesma carreira pondo em risco o seu futuro...

Isto tanto serve à esquerda como à direita não há outra via!  
E agora sim, vamos às três vias para unir a esquerda à sua volta.

### Regionalização

Vivi a década de 70 em Estocolmo, capital da social-democracia mundial por ser a Suécia o país que foi mais longe nas reformas sociais - uma dessas reformas, a saúde, assenta os seus pilares na respectiva regionalização dos respectivos serviços, isto é, por exemplo, há um grande e completo hospital em todas as regiões do país de Nobel...  
Porque não fazer o mesmo em Portugal? E quem diz saúde diz outras coisas... penso sinceramente que a unidade da nossa pátria não ficaria em jogo e nunca percebi bem a contra-argumentação de Mário Soares aquando do respectivo referendo - respeito imenso a figura política e democrática do



nosso fundador - um dos grandes senhores políticos do séc. XX - mas às vezes discordo das suas posições (a zanga com Eanes porquê?) devendo entretanto acrescentar que o tempo, amiúde, lhe dá razão. Como argumento a favor dessa regionalização que perfilho, aponto os exemplos da autonomia dos Açores e da Madeira como realidades de um Portugal mais desenvolvido e uno! Para o nosso continente defende-se aqui uma regionalização mais suave que a esquerda portuguesa devia sugerir, e propor como tema de novo referendo - é preciso dizer que as autonomias insulares que temos foram conquistadas pela acção do centro-direita do nosso espectro político nas ilhas, e acrescento então como contraponto que está na hora da esquerda mostrar que também pode não ser centralista!!!

### Fundo dos assalariados

Nos anos 70 veio à baila na Suécia uma proposta da central sindical sueca (dominada pelos social democratas) sobre a futura criação de um fundo nacional dos assalariados: foi um sindicalista alemão a viver em Estocolmo que elaborou um estudo sobre o assunto, sendo o resultado final a chamada Lei Meidner (tal era o seu nome) trata-se de uma medida quase - revolucionária, pois aponta para um novo processo ou modo de combater o capitalismo desmedido - eis o que se chama uma reforma que usa o próprio capital como utensílio para conseguir

controlar o poder dos ricos; em síntese, esse novo fundo cresce e funda-se com uma percentagem (5 a 10 por cento dos salários dos trabalhadores a serem investidos na empresa e, como recompensa, o respectivo sindicato assume um lugar (ou mais) no conselho de gerência nessa mesma firma! Devo acrescentar que um belo dia, quando o partido social democrata sueco perdeu as eleições em 1976, a associação de estudantes estrangeiros da universidade de Estocolmo convidou o ex-primeiro-ministro Olof Palme para proferir uma conferência sobre política em geral - como membro dessa associação assisti à brilhante dissertação desse entretanto malgrado senhor da esquerda democrática do século XX e, no final, pus-lhe uma questão inspirada no meu esquerdismo de então, a saber: «não será traição ir gerir ou co-gerir com o patrão a exploração dos trabalhadores?» Palme deu-me, numa resposta de quase 1¼ hora, uma verdadeira lição acerca do que é ser um reformador à esquerda e, a partir daí, fui entendendo cada vez melhor esta coisa complicada chamada democracia. Agradeço-lhe isso de viva voz à saída e também o facto de ter sido um seu governo que me dera, alguns anos antes, o asilo político no seu lindo e cativante País...  
Que tal seria a nossa esquerda toda, desde que democrática, claro, unir-se quanto à criação de um fundo dos assalariados em Portugal?

### MLP na presidência!

Não, não se trata de nenhum Marxismo-Leninismo em Portugal, esta sigla MLP responde pelo nome de Maria de Lurdes Pintassilgo, essa grande senhora da nossa política, engenheira de profissão e de esquerda por vocação, tal como bem o prova os meses em que foi primeira-ministra de Portugal - que ainda é cedo, bem o sei, mas quero desde já lançar a ideia de que já vai sendo tempo de termos na Presidência da República uma mulher, que essa ideia deve ser partilhada por toda esquerda democrática, unida à volta de MLP.. Numa altura em que se discute mais uma vez a obrigatoriedade de um mínimo percentual para as mulheres na Assembleia da República, que tal a esquerda dar exemplo e propor em uníssono Pintassilgo para nossa verdadeira Primeira Dama? Devo dizer que o facto de ela já ter sido candidata ao cargo só abona a seu favor e, quanto à sua estatura intelectual, abstenho-me de comentários: o seu *currículum* fala por ela... Avante pois!

### Epílogo

Quero acrescentar que me irrita imenso ser mais fácil às vezes haver acordos parlamentares entre o PS e o centro-direita liberal do que acontecerem entendimentos promovidos via uma esquerda unida neste ou naquele ponto/assunto... Por isso aqui deixo estas três propostas para intermediação dessa nossa corrente política «à la gauche».



## MOÇÃO SECTORIAL REFLECTIR O PS, COMBATER O AMORFISMO APROFUNDAR A DEMOCRACIA INTERNA

**S** Partido Socialista é em Portugal o mais consequente e fiel depositário dos valores da democracia, da liberdade, da solidariedade e da esperança, e é por isso mesmo a organização política mais apta para os assumir em toda a sua riqueza e potencial de transformação criadora.

A interpretação e correcta adaptação destes valores às realidades sociais e culturais do início deste século, exige que o PS adopte métodos e processos fundados em relações dinâmicas entre os seus militantes, e entre estes e as comunidades em que estão inseridos, contribuindo de modo interveniente e voluntarista para que as mais profundas aspirações dos cidadãos se libertem e realizem.

Este propósito só é possível através do exercício consciente e determinado de *aprofundamento da democracia interna*, mediante um contínuo aperfeiçoamento das nossas estruturas, nomeadamente das estruturas de base, em particular das secções de residência e das secções de acção sectorial.

A forma mais eficiente de articulação do PS com a sociedade, de contacto permanente com os cidadãos que a compõem, é através das instituições representativas das comunidades - sindicais, assistenciais, recreativas, culturais, autárquicas - as quais requerem formas cada vez mais exigentes e bem informadas de fazer política por parte dos militantes do PS. É aqui que os socialistas devem assumir todos os protagonismos possíveis, procurando de forma organizada contribuir decisiva e claramente para uma maior e melhor informação e formação dos cidadãos.

Para o efeito deverão dispor do apoio necessário a nível da estrutura que lhes está mais próxima: a sua secção de residência, e sempre que for caso disso, a sua secção de acção sectorial.

Tal apoio exige a adopção de um sistema de tipo novo, mais orgânico e menos mecânico, propiciador de *uma cultura e de um clima organizacional moderno e participativo*, o que implica uma profunda e séria reformulação de métodos e de formas de trabalho, seja no que se refere ao modo como se organizam as tarefas, aos processos de decisão, aos sistemas de comunicação, às atitudes e aos comportamentos, quer individuais, quer de grupo.

É necessário que a nível das nossas freguesias, estejamos aptos a desencadear um processo que responsabilmente nos arme duma efectiva *capacidade de adaptação e de antecipação a situações emergentes de fenómenos de novo tipo*, nos quais se inscrevem, entre outros, a instabilidade



interna do PCP e do PSD, com reflexos preocupantes nas formas de agir da oposição, entendida como um todo, cuja actuação é, como se sabe, de fundamental importância para o bom funcionamento das instituições democráticas, e constitui um instrumento privilegiado de análise e avaliação da governação do país e ainda referência motivadora da acção do PS enquanto partido do governo e principal força política.

A redefinição do actual modelo organizacional do PS, o reforço da sua capacidade de adaptação e de antecipação às novas situações passa necessariamente pela análise e avaliação da performance das suas estruturas e ainda de tudo o que compõe o ambiente que as envolve. Esta é a condição prévia e indispensável para que as alterações a introduzir se façam de modo correcto e eficaz.

A nível local, já o afirmámos, necessitamos de encetar um profundo processo de transformação, fundamentalmente porque as alterações ocorridas no ambiente que nos cerca - as novas condições políticas, económicas e sociais e o quadro de exigências delas emergente - assim o impõem.

Importa melhorar o sistema de comunicação, base de uma vivência democrática acrescida porque assente *num reforço da capacidade de intervenção cívica e política dos cidadãos*, na defesa dos seus próprios interesses, necessidades e aspirações.

Os militantes do PS têm de se empenhar a fundo na tarefa inadiável de reestruturação e reorganização das estruturas em que estão inseridos, por forma a adaptá-las correctamente aos objectivos estratégicos a prosseguir pelo PS nos próximos anos.

Para a concretização do projecto que defendemos, o PS precisa, talvez como nunca, das suas secções de residência e secções de acção sectorial vivas e

mobilizadas. Com as secções de residência e secções de acção sectorial vivas e mobilizadas é sem dúvida mais fácil ao Partido Socialista fazer passar a sua mensagem e prosseguir com êxito a luta contra a miséria e a exclusão, o desemprego, a desigualdade de acesso às oportunidades, através de um processo que faça retroceder as fronteiras da marginalidade e afirmar os valores do socialismo democrático. É por isto que nos batemos. *O partido e o governo precisam de contar connosco.*

Mas para que as secções de residência e secções de acção sectorial actuem com eficiência e com eficácia, importa dotá-las de estruturas capazes de responder em ambiente dinâmico, através de múltiplas e oportunas acções e decisões descentralizadas e tomadas mediante o exercício da autoridade democrática assente numa ampla participação, baseada no conhecimento e na responsabilidade de um trabalho continuado e sério junto de quantos trabalham e residem nas respectivas áreas de influência e de intervenção cívica e política.

Temos de desenvolver e alargar a rede de relações com os agentes e sectores mais progressivos e dinâmicos da nossa sociedade, pelos quais passa em larga medida todo o processo de inovação e de difusão dos valores e elementos de progresso, e bem assim dos sinais de mudança da realidade em que estamos envolvidos.

Para tanto, o processo de relançamento e de revitalização das secções de residência e das secções de acção sectorial deverá orientar-se pelo princípio de *uma efectiva descentralização de responsabilidades*. Só deste modo é possível mobilizar os militantes e simpatizantes do PS, promovendo a participação dos cidadãos no processo que defendemos - de todos os cidadãos (dos jovens e dos menos jovens, dos homens e das mulheres...) e em todo o lado (na escola, no largo público, no centro cultural, no mercado, na colectividade, na igreja, na empresa, ... em tudo o que seja susceptível de estimular e facilitar o debate de ideias, o aprofundamento da consciência política de todos e de cada um, a valorização da cidadania, a reforma das mentalidades, a afirmação do PS enquanto instrumento e veículo de cultura e de esperança e garante de um futuro em liberdade e em democracia para todos os portugueses). *Num combate sem tréguas a todas as formas de amorfismo e de acomodação.*

Em suma, abrir ainda mais o PS à sociedade, abrir as secções de residência e as secções de acção sectorial aos militantes e com estes, *consolidar e alargar*

*o prestígio e a credibilidade que o PS tão bem soube conquistar, com trabalho e com seriedade, junto dos nossos concidadãos.* É desejável que se afirme uma clara limitação de mandatos, estipulando-se por regra, e em particular no que se refere a mandatos sucessivos dos membros dos órgãos das secções de residência e secções de acção sectorial, um máximo de três, de modo a que em definitivo se possa encetar o processo de renovação, de modernização e de abertura que defendemos.

Do mesmo modo, não é admissível a permanência nestes órgãos de camaradas que primam pela ausência, com participação nula ou quase nula nas respectivas reuniões de trabalho, como se de cargos honoríficos se tratassem. O que se pretende é que os eleitos se empenhem e trabalhem, pelo que em conformidade se deverá estipular que *mais de três faltas de comparecimento* às reuniões para o efeito convocadas, *impliquem a perda do mandato* e imediata substituição pelo membro suplente que se suceda na lista através da qual o «camarada com mais que fazer» foi eleito, salvo decisão em contrário assumida em Assembleia Geral de Militantes convocada para o efeito.

Relativamente à periodicidade destas reuniões, quando de carácter ordinário, deverá ser semanal para o secretariado da secção e bimensal para a assembleia geral de militantes. Este quadro permite aproximarmo-nos dos mínimos exigíveis de participação e debate ao nível da secção de residência ou da secção de acção sectorial. As reuniões do secretariado e respectivas ordens de trabalho deverão ser atempadamente publicitadas e a estas deverão poder assistir e participar (embora sem direito de voto) todos os militantes da secção que assim o desejem.

É necessário que o processo de reestruturação do PS se centre no reforço do papel interventivo das secções de residência e secções de acção sectorial.

- *As secções de residência e secções de acção sectorial deverão ser os «viveiros» do PS.* E mesmo após «árvore» ter sido desenhada e transplantada para o campo, compete a estas velarem pelo seu desenvolvimento, libertá-la dos galhos nocivos, manterem os «aceiros» desimpedidos e assegurarem sempre que necessário e oportuno os «cortes culturais» (para melhor prevenir os incêndios e, quando e sempre que for caso disso, assegurarem o combate ao fogo de forma eficiente e eficaz).

- *As secções de residência e secções de acção sectorial deverão transformar-se nas verdadeiras «escolas» do PS:* aos respectivos secretários deverá competir

*Continua na página seguinte*

LISBOA

Edite Estrela

## AUTÁRQUICAS: EM NOME DA CAPITAL



**A**s eleições autárquicas, em Lisboa, prometem grande animação. Quatro candidatos conhecidos, cada qual no seu género, mas todos com grande notoriedade e muito traquejo político. Dois irmãos de sangue, Miguel e Paulo, e duas almas gêmeas na arte de bem usar todos os meios para atingir os fins, que rivalizam em populismo e disputam entre si o palco mediático, Paulo e Pedro. Além deles e antes deles, está João, o presidente do Município.

O intrépido e voluntarioso Paulo foi o primeiro a avançar. Jogou na antecipação para marcar o terreno, acreditando que, como Abecasis, também ele poderia fazer o pleno da direita. A estratégia era boa, não fora a disponibilidade do seu amigo Pedro para trocar a Figueira pela capital e de contar com o apoio unânime do PPD/PSD. É então que o argumento dos números se sobrepõe à razão da primazia: a base eleitoral do partido de Pedro é muito superior à do partido de Paulo. Perante este cenário, algumas vozes vêm dizer que o líder do PP está metido num beco sem saída. Aqueles que lhe tributam

razoável antipatia nem sequer disfarçam um sorriso de satisfação. Sentem-se vingados pelas malvadezas dos títulos e escritos do passado de director e jornalista do agora candidato, confirmando que a vingança, qual «vichyssoise», se deve servir fria para manter o paladar.

Desistir ou não desistir da candidatura à Câmara de Lisboa deve ter sido (continua a ser?) a primeira e principal questão de Paulo Portas. Ainda agora há quem considere que, qualquer que seja a opção, o resultado será inevitavelmente negativo para as suas ambições políticas. Se desistir, perde toda a credibilidade, se não desistir, corre sérios riscos de ter um mau resultado.

Nos últimos dias, o líder do CDS/PP tem apregoado a sua total determinação em continuar, afirmando categoricamente que a sua candidatura é para ir até ao fim e que «absolutamente nada» o fará desistir a favor de quem quer que seja.

Perante tal convicção, não tenho razões para duvidar das boas intenções do candidato do PP. Muitos, aliás, já lhe alteceram a determinação com que enfrenta o combate, que se prevê difícil, e

a coragem com que vai à luta, na esperança de obter «o melhor resultado de sempre do CDS em Lisboa».

Quem tem andado, como ele, a dizer que tem um projecto alternativo ao da coligação actualmente maioritária e cumpre, militantemente, o objectivo que se propôs de, por todos os meios e recorrendo a todas as oportunidades, morder as canelas ao actual executivo municipal, cairá no descrédito se mandar tudo às urtigas em troca de um prato de promessas.

Mas também há quem queira ver para crer na sinceridade de Paulo Portas. E até quem certifique a existência de um acordo secreto entre Pedro e Paulo, traduzido numa fórmula simples de conjugação de interesses e vontades: Paulo ajuda Pedro a conquistar a Câmara de Lisboa, alavanca determinante para conquistar a liderança do PSD. Pedro, por seu turno, ajuda Paulo a desistir «com dignidade» da propalada candidatura, para depois correrem juntos nas legislativas e tentarem, por meio de uma qualquer aliança, chegar ao governo da Nação.

Para um político — que tenha da política o sentimento de serviço aos outros — é mais

importante uma derrota com honra do que uma vitória sem crédito.

Como diz o povo, vão-se os anéis, mas ficam os dedos. E o carácter e a honra valem bem mais que os dedos da mão direita.

Mas há também outro tipo de políticos para quem as palavras não valem sempre o mesmo. Quem não se lembra da veemência com que Marcelo Rebelo de Sousa negou a intenção de se candidatar à liderança do PSD? «*Nem que Cristo viesse à Terra*», disse ele, e foi o que se viu. Cristo não veio à Terra, mas ele foi líder do PSD. Para já, fica o benefício da dúvida. Em relação ao líder do PP, que promete ir a votos; em relação à presidente da distrital de Lisboa do PSD, que afirmou «*não querer AD em Lisboa*»; em relação a Pedro Santana Lopes, que «*não precisa do CDS para nada*».

Vamos ter oportunidade de ver quem se rege por princípios e quem se move por interesses pessoais e partidários. E verificar quem é que, afinal, está acorrendo a quem.

In «Expresso», 7/4/2001

## Continuação da página anterior

propor aos militantes, em sede de Assembleia Geral, um programa bienal de formação, o qual deverá ser concretizado após aprovação, envolvendo para tanto a «massa crítica» da secção, do PS (Fundações,...) e outros meios e instrumentos para tal considerados úteis e relevantes.

- As secções de residência e secções de acção sectorial deverão ser as «âncoras» do PS, por forma a, qualquer que seja a situação política, assegurarem uma linha de defesa do partido, da sua cultura e dos seus militantes.

- Ao nível das secções de residência e secções de acção sectorial, deverão ser estimuladas e consideradas medidas eficazes no sentido de um efectivo reforço da participação e intervenção das mulheres, dos jovens e das minorias, designadamente étnicas, nos domínios cívico e político, factor essencial para uma verdadeira reforma das mentalidades e sem o qual o processo de aprofundamento da democracia interna que defendemos ficará forçosamente comprometido.

- A limitação das «inerências» (acompanhada do reforço das representações das secções de residência e secções de acção sectorial na exacta medida da diminuição daquelas) constitui uma medida necessária e um sinal claro de vontade de afirmar no PS um modelo mais orgânico e menos mecânico, que reflita uma atenção acrescida à vontade dos militantes, expressa através da sua participação nas secções de residência e secções de acção sectorial e mediante o reforço da representatividade destas.

- Ao nível das secções de residência deverá ser fomentada e apoiada a emergência e bom funcionamento de «núcleos de reflexão e de intervenção militante», organizados em torno de grandes temas actuais e de interesses específicos, solicitando sempre que oportuno e possível, o empenhamento e participação das secções de acção sectorial cujo âmbito de actuação se identifique com as motivações que determinaram, em concreto, a criação deste ou daquele «núcleo de reflexão e intervenção cívica e política». A articulação das secções de residência com as secções de acção sectorial, através destes «núcleos de reflexão e intervenção militante», permitirá o reforço e alargamento da influência das secções de acção sectorial, constituindo-se estes mesmos «núcleos» em focos privilegiados de sensibilização e «recrutamento» de novos militantes para as secções de acção sectorial.

- Deverão ser criados mecanismos financeiros que garantam uma gestão equilibrada das secções de residência e de acção sectorial, facilitadora das tarefas que efectivamente estas devam desenvolver, ao contrário da actual situação para a maioria destas estruturas de base, em particular no que se refere às secções de acção sectorial, em que o factor financeiro se constitui frequentemente como forte constrangimento à realização de múltiplas tarefas consideradas relevantes para a prossecução das metas e objectivos propostos.

- A não adopção de um conjunto integrado de medidas do tipo daquelas que acabamos de referir, poderá facilitar a

emergência de secções tipo «Benetton», terreno propício ao desenvolvimento da «massa acrílica», em detrimento da «massa crítica». Esta seria a via do inaceitável, aquela em que porventura se comprometeriam as mais profundas e genuínas expectativas dos socialistas e de tantos quantos esperam que o PS continue a desempenhar na sociedade portuguesa as competências que lhe são devidas, enquanto eixo fundamental da democracia e do processo de desenvolvimento português, gerador de cultura, de progresso, de justiça social e de bem-estar, em democracia e em liberdade. Em definitivo, o caminho a percorrer passa pelo reforço, modernização e revitalização das secções de residência e secções de acção sectorial

- transformando-as em estruturas que potenciem uma relação cada vez mais estreita e eficaz entre militantes e eleitores;

- estruturando-as de modo a que, através delas, a nossa voz se faça ouvir junto dos órgãos superiores do Partido com a mesma força e intensidade com que as directivas e mensagens dos nossos dirigentes chegam até nós.

- modificando os métodos de trabalho, por forma a possibilitar, mediante uma maior responsabilização de todos, um clima de maior abertura, confiança e cooperação entre os militantes, potenciando uma maior conjugação de esforços e contribuindo decisivamente para o fortalecimento da unidade do PS;

- reforçando a sua capacidade de comunicação, onde e sempre que necessário, na base de um discurso multifacetado e plural, mediante o

alargamento e diversificação dos protagonismos, por forma a que os nossos concidadãos participem e entendam o que o PS quer para o seu bairro, para a sua freguesia, para a sua cidade, para Portugal e para os portugueses.

- aprofundando a democracia interna, de modo a que as secções de residência e secções de acção sectorial sejam estruturas abertas, que valorizem as ideias e as pessoas, atribuindo responsabilidades sobretudo àqueles que efectivamente demonstrarem vontade de as assumir.

As secções de residência e secções de acção sectorial terão de, forçosamente, reflectir a entusiasmante realidade que é sermos Governo e trabalharem no sentido de contribuírem activa e criticamente para governarmos ainda melhor.

Os socialistas, organizados nas suas secções de residência e secções de acção sectorial, terão de potenciar e contribuir de forma decisiva para a realização da estratégia nacional do PS, traduzindo-a e adaptando-a às condições locais e específicas das comunidades a que pertencem e projectando a sua dinâmica e êxito para além dos limites das freguesias onde residem ou das áreas de interesses em se encontrem inseridos.

Num processo dialéctico que permita às populações participarem nesse mesmo processo e, enriquecendo-o, enriquecerem o Partido Socialista.

Viva o Partido Socialista!

Viva Portugal!

1º Subscritor da Moção, Paulo Estadão - 174871



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Serão poético em Albufeira

O agrupamento Eduardo Ramos Ensemble Moçarabe dará um concerto de música Luso-Arabo-Mediterrânica, este sábado, dia 14, pelas 21 e 30, no auditório municipal.

Na quarta-feira, dia 18, à mesma hora, assista, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, a um recital de poesia, um evento que contará com a presença de Manuel Freire.

Torneio medieval em Almodôvar

Na próxima terça-feira, dia 17, não perca a recriação do ambiente do século XIII no âmbito de um «Torneio Medieval» que decorrerá a partir das 16 horas.

No mesmo dia, às 21 e 30, desfrute de um musical, a cargo do Quarteto Lusitano e que decorrerá no Cine-Teatro Municipal. O ciclo de cinema «Ver Steven Soderbergh» começa quarta-feira 18, às 21 e 30, com o filme «Kafka».

Jogos em Cascais

Até ao sábado, dia 14, decorrem, na praia de Carcavelos, mais uma edição dos Jogos de Praia, um evento desportivo que engloba modalidades como o futebol, voleibol, rugby, corfebol, surf, chinquinho, papagaios de tracção, insufláveis e trampolins, entre outras.

Coro em Coimbra

A Schola Catorum – o coro masculino da Secção de Fado da Associação Académica de Coimbra – apresenta-se esta quarta-feira, dia 18, às 21 e 30, na Casa Municipal da Cultura.

As salas de espectáculos da cidade estreiam, este mês, as fitas «102 Dalmatas», de Kevin Lima; «Projecto Blair Witch 2», de

Joe Berlinger; «Down to You», de Kris Isacsson e «O exorcista», de William Friedkin.

Cinema em Fafe

Este fim-de-semana (14 e 15) assista, no Estúdio Fénix, pelas 115 e 30 ou a partir das 21 e 30, à projecção da película «O Tigre e o Dragão».

Na quarta-feira, a sugestão cinematográfica do Cineclub da Casa Municipal da Cultura é «O Rei das Rosas», de Werner Schroeter (21 e 45).

Queima em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, veja o filme de Otrar Losseliani, «Adeus Terra Firme», no auditório da Universidade do Minho.

«Traffic», de Steven Soderbergh, é o filme a exibir, no dia 18, às 21 e 30, na mesma sala de espectáculos.

O Mercado de Pevidém foi o local escolhido para a tradicional «Queima de Judas», organizada pelo Grupo Teatral da Coleima e marcada para sábado 14, às 22 horas.

Teatro em Lisboa

A peça «O rapaz de Bronze» estará em cena, no dia 18, às 14 horas, no auditório da Delegação Regional do IPJ de Lisboa. Com base na obra de Sophia de Mello Breyner Anderson, este espectáculo do Teatro Alternativo prende-se com a necessidade de questionar mundos e mover imaginários.

Exposições na Loussã

É inaugurada hoje, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal, a mostra de pintura de Chorro Manaia e Tina, permanecendo aberta ao público até ao dia 6 de Maio.

Na próxima quarta-feira abrirá a exposição «Arte em Dois Tons». Trata-se de uma mostra internacional de artes plásticas em que participam artistas portugueses, franceses, espanhóis e alemães. A apreciar até ao dia 22, no Pavilhão Municipal de Exposições.

Cores no Montijo

Estará patente ao público, a partir do dia 18 e até ao dia 6 de Maio, no Museu Municipal, a mostra «As Cores de Abril». Realizados por artistas e intelectuais envolvidos na produção iconográfica, os símbolos que caracterizam o «Dia da Liberdade» e a acesa luta política que se seguiu, podem agora ser recordados nesta exposição, realizada com o apoio da autarquia local.

Comédia em Paredes de Coura

«O que as mulheres querem» é a fita em exibição, este fim-de-semana (dias 14 e 15), às 22 horas, na sala do Centro Cultural. Nesta divertida comédia romântica assinada por Nancy Meyers, actuam Mel Gibson e Helen Hunt.

Circo no Porto

O novo circo regressa hoje à agenda do Porto capital Europeia da Cultura 2001 com os quatro palhaços da companhia francesa Les Nouveaux Nez, no Teatro Rivoli, que vai acolher também, entre os dias 18 e 23 deste mês, a estreia no Porto da companhia de dança Rosas, dirigida pela coreógrafa belga Anne Teresa Keersmaeker.

Espectáculo em Sesimbra

O Restaurante Bar Padaria será palco do espectáculo musical «Noites de Leitura», a cargo de Cristina Paiva, este sábado, dia 14, a partir das 21 horas.

Sintra

A Biblioteca Municipal de Aqualva-Cacém realiza, nos dias 16 e 17, das 10 às 12 horas e entre as 14 e as 16 horas, diversas actividades direccionadas para a ocupação dos tempos livres para crianças dos seis aos 12 anos.

Artesanato em Vila Real de Santo António

A Feira das Velharias está marcada para sábado 14 na Praça Marquês de Pombal. Até ao domingo, dia 15, decorre a exposição de artesanato no Centro Cultural António.

A partir de segunda-feira (16) e até ao fim do mês realiza-se uma mostra/divulgação do livro no Centro Cultural.

SUGESTÃO

(O)PRESSÃO

O precoce e talentoso actor Diogo Morgado assina um texto dramático em que retrata cinco facetas inquietantes da juventude contemporânea.

A peça «(O)Pressão», encenada por Manuel Coelho, é um alerta sobre personalidades limitadas e traumatizadas pela educação que tiveram numa sociedade opressora.

As cinco personagens da peça (interpretadas por Diogo Morgado, Patrícia Tavares, Paula Neves, Paulo Rocha, e Pedro Granger) encontram-se fechadas num espaço e os traços de carácter soltam-se, das irritações aos medos e às fúrias, esperando libertação. Vasco vive atrofiado pela imagem do pai, que lhe destruiu a criatividade. O Jorge vem de uma família pobre, cresceu nas ruas e na solidão e vai cometendo alguns crimes. A Beatriz é uma menina mimada que, por causa do nível de vida dos pais, sente-se superior aos que a rodeiam. O André é um sabichão, a quem os pais sempre exigiram que fosse o mais notável. Por último, a Raquel vive num mundo muito próprio, originado por um trauma do passado.

A não perder, na Casa do Artista, em Lisboa, aos sábados (21 e 30) e domingos (16 e 30).



POEMA DA SEMANA

O poeta e a vida

Contra a angústia  
A solidão e o medo  
Ergo  
Os versos  
E não cedo

Quebro-os  
- lança imaginária -  
na página da vida.  
É por ela  
Que os escrevo.

Carlos Carranca

**MÚSICA RUSSA**

27, 28 e 29 Abril 2001

Centro Cultural de Belém LISBOA



## EQUIDADE VERSUS COMPETITIVIDADE

**O** Dr. Medina Carreira, destacado fiscalista e reconhecidamente um homem competente e de bem, anunciou num recente encontro sobre política fiscal que hoje se sente, ao recordar a sua luta de anos a favor da equidade fiscal, como um verdadeiro "idiota inútil".

Por de trás desta impressiva imagem, o Dr. Medina Carreira resigna-se a considerar que a competitividade fiscal não é compatível com a equidade fiscal.

Esta dicotomia coloca a meu ver uma questão prévia que é a de saber se a política fiscal é o principal instrumento para o reforço da competitividade da economia.

Não o é, a meu ver.

Muito mais importantes do que a política fiscal (ou seja o desagravamento fiscal sobre a actividade económica, porque é disso que verdadeiramente se trata) são a qualidade da administração pública, a qualidade e natureza dos recursos humanos, a boa governação e os apoios financeiros (directos e indirectos) ao investimento.

Exemplos disso, no mundo, não faltam e desde logo o exemplo de tão reclamada experiência de crescimento da República da Irlanda.

Não é de agora que a Irlanda tem baixos níveis de tributação sobre o capital. Sempre os teve e não foi por isso, que durante muitos e muitos anos, abandonou a cauda do desenvolvimento europeu.

Ao contrário é por causa do ritmo do seu desenvolvimento que a Irlanda tem actualmente baixas taxas de fiscalidade sobre as empresas.

As razões do seu sucesso são outras e sobretudo não são exportáveis, ou expedíveis para a realidade do nosso País, ao contrário do que afirma a demagogia da Direita.

O Dr. Medina Carreira não se cansa de o afirmar: mais de metade das empresas portuguesas não pagam impostos (e contudo continuam a funcionar. Milagre?), o sistema financeiro suporta taxas de tributação verdadeiramente irrisórias tendo em conta os chorudos lucros e mais valias que gera, a actividade especulativa foge a qualquer tipo de tributação, 80% do IRS é suportado por trabalhadores por conta de outrem, a administração fiscal não responde com prontidão às reclamações dos

cidadãos e não é responsabilizada, em suma, não há equidade fiscal.

Ora onde não há equidade não pode haver competitividade. Por isso é estranho que agora se coloquem em confronto estas duas noções e princípios.

A equidade fiscal não significa absoluta igualdade de tratamento, pois comporta nomeadamente, a necessidade de tratar desigualmente o que, de forma desigual deve ser tratado.

E neste sentido é um verdadeiro instrumento de política pública para promover e consolidar a orientação do investimento, o nível de emprego, as condições de funcionamento das empresas e o carácter amigável do funcionamento da economia com o ambiente.

Pode pois o Dr. Medina Carreira ficar descansado: a luta pela equidade é absolutamente indispensável à criação de um verdadeiro ambiente de competitividade.

Quem a protagonizar ou apoiar nunca será inútil e muito menos um idiota inútil.

A não ser que já não valha a pena que as políticas públicas tenham uma marca.

Eu desejo e assumo que a Reforma Fiscal que defendo tenha uma marca ideológica clara: a do socialismo democrático.

«As famílias jovens, que tanta falta fazem para a renovação do tecido social, são expulsas para as periferias»

**Helena Roseta**  
Visão, 5 de Abril

«Cidades que envelhecem, subúrbios cheios de jovens e de dificuldades, eis um retrato do nosso desordenamento que não pode deixar de potenciar conflitos e violência»

**Idem, ibidem**

«As nossas cidades, como escreveu Teotónio Pereira, precisam de se repovoar. É tempo de privilegiar a habitação para as novas famílias e de conjugar a intervenção estatal, municipal e particular com esse objectivo»


**Idem, ibidem**

«Há um candidato natural (à Câmara do Porto), desejado pelos militantes, pelos eleitores, pela opinião pública em geral. Esse candidato é Fernando Gomes»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 7 de Abril

«Goste-se ou não, Fernando Gomes é uma das principais referências do Porto e do PS»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

